

**Assunto: “proposta de resolução que estabelece critérios de encaminhamento, ao CNRH, de projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantadas”: Art. 35, inciso III.**

**Textos das atas da CTAP, da CTIL, da CTPOAR e do Plenário do CNRH onde o assunto foi debatido.**

Martha Sugai  
Mônica Irion da Almeida

Curitiba, 21 de agosto de 2009

**ANEXO I – Reprodução do trecho da PAUTA DA 7ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, realizada em 14/03/2001, no que se refere a proposta de resolução.....**

4. Discussão de diretrizes gerais para a elaboração de proposta de Resolução que estabeleça os mecanismos para se trabalhar o disposto no inciso III do artigo 35 da Lei nº 9.433, de 1997;

**ANEXO II – Reprodução do trecho da PAUTA DA 8ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, realizada em 18/04/2001, no que se refere a proposta de resolução.....**

4. Discussão da Proposta de Resolução que estabeleça os procedimentos para análise dos projetos a serem analisados pelo Conselho;

**ANEXO III – Reprodução do trecho da PAUTA DA 9ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, realizada em 17/05/2001, no que se refere a proposta de resolução.....**

5. Análise da Proposta de Resolução que regulamenta o Inciso III do Art. 35 da Lei nº 9.433;

**ANEXO IV – Reprodução do trecho da PAUTA DA 10ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, realizada em 19/12/2001, no que se refere a proposta de resolução.....**

5. Análise da proposta de resolução sobre critérios gerais para análise de projetos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados, inc. III, do art. 35 da Lei nº 9.433; e

**ANEXO V – Reprodução do trecho da ATA DA 11ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, realizada em 28/02/2002, no que se refere a proposta de resolução.....**

O Dr. Joaquim observou que o próximo assunto de pauta, que analisa proposta de resolução sobre critérios gerais para análise de projetos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados, é o que regulamenta o Decreto. Como a ANA poderá fazer parte da CTAP após a aprovação da nova composição das Câmaras Técnicas a ser aprovada na 6ª Reunião Extraordinária do CNRH, o Dr. Joaquim sugeriu que a discussão do próximo assunto de pauta fosse transferido para reunião posterior já que a versão atual não atende ao objetivo final: critérios finais. O Dr. Joaquim propôs que todos os presentes enviassem, por *e-mail*, sugestões de redação da proposta de resolução sobre critérios gerais para análise de projetos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados. As sugestões deverão ser encaminhadas à relatora desta Câmara. A relatora as repassará a todos os membros e convidados presentes para definição, de redação final, na 12ª reunião da CTAP até então agendada para 27 de março de 2002

**ANEXO VI – Reprodução do trecho da ATA DA 12ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, realizada em 10/04/2002, no que se refere a proposta de resolução.....**

Item IV – Análise da proposta de resolução sobre critérios gerais para análise de projetos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados (INC. III, do ART. 35 da Lei nº 9.433/97), e que regulamenta o Decreto n.º 4.024, de 21/11/01, o qual estabelece critérios

*para implantação ou financiamento de obras de infra-estrutura hídrica com recursos financeiros da União.* Dr. Joaquim Gondim, superintendente de Eventos Críticos da Agência Nacional de Águas, entregou, ao Dr. Júlio Thadeu, minuta de Resolução que estabelece os procedimentos a serem adotados para emissão do “Certificado de Avaliação de Sustentabilidade da Obra – CERTOH” de que trata o Decreto n.º 4.024, de 21 de novembro de 2001. O porquê da emissão do certificado pode ser entendido na ATA da 11ª reunião da CTAP, disponível no *site* do CNRH. Dr. Júlio Thadeu encaminhará a minuta para a Secretaria Executiva do CNRH que tomará as providências para que o documento esteja à disposição da CTAP. Em seguida, Dr. Júlio Thadeu pediu que o Dr. Joaquim Gondim fizesse uma breve descrição do Decreto n.º 4.024 para os novos membros. O conteúdo desta descrição também pode ser entendido na ATA da 11ª reunião da CTAP. Em seguida, os membros da Câmara discutiram sobre o conceito de “deliberar” para entendimento da proposta de Resolução de que trata esse item da Pauta. O Dr. João Autto Magalhães Castro, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, iniciou a discussão dizendo que deliberar é definir sobre alguma coisa e citou trechos da Política Nacional de Recursos Hídricos. Sobrepondo esse comentário, membros e convidados da reunião debateram não só o termo “deliberar” mas, também, “repercussão”. Dr. Júlio Thadeu disse que o objetivo do CNRH é justamente ajustar e regulamentar itens da lei que não estejam claros e que a CTAP deve propor que sejam feitos esses esclarecimentos. O Dr. Rogério Menescal, técnico da ANA, propôs, então, iniciar a discussão sobre a pergunta “Qual o objetivo da Resolução?”. O Dr. Aírton Bodstein de Barros, da Universidade Federal Fluminense, lembrou que enviou sugestão para a formulação dessa Resolução, explicando seus argumentos. Os membros da CTAP, após trocarem idéias, chegaram à conclusão que a proposta de texto, como está, não atende aos objetivos da existência da CTAP. O texto da proposta atual gera dúvidas de definições e competências. A Drª Maria Bebiane Castanho, representante do Ministério dos Transportes, sugeriu que todos pensassem sobre o assunto e enviassem as sugestões via *e-mail*. Foi decidido que a relatora da CTAP reunirá as sugestões para serem apresentadas em reunião posterior;

**ANEXO VII – Reprodução do trecho da ATA DA 13ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, realizada em 14/05/2002, no que se refere a proposta de resolução.....**

Item V - Análise da proposta de resolução sobre critérios gerais para análise de projetos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados (INC. III, do ART. 35 da Lei n.º 9.433/97), e que regulamenta o Decreto n.º 4.024, de 21/11/01, o qual estabelece critérios para implantação ou financiamento de obras de infra-estrutura hídrica com recursos financeiros da União. O Dr. Júlio Thadeu anunciou que existiam quatro sugestões para o documento vindas da Agência Nacional de Águas, do governo da Bahia e dos Ministérios da Defesa e dos Transportes. O texto original foi exposto em telão por meio de *Power Point* e a análise foi iniciada. Para o texto inicial da proposta de resolução foi acatada a sugestão da ANA. Para os “Considerandos” foi acrescentado mais um item conforme sugestão da ANA pronunciada pela Dr.ª Célia Cristina, da Superintendência de Regulação de Usos da agência. Com referência ao Art. 1º, a Dr.ª Célia Cristina leu a sugestão da ANA e o Dr. Joaquim Gondim enfatizou que é importante que fique claro “quem encaminha os critérios gerais”. A sugestão foi aceita. A seguir, foi acrescentado como sugestão da ANA, inicialmente a esse artigo, um Parágrafo Único para se destacar que a repercussão está relacionada apenas ao corpo hídrico e que não se estenda, por exemplo, à repercussão econômica ou social. O Dr. José de Souza Leal Neto, representante do Ministério da Defesa, porém, argumentou que existem exemplos de obras que não se pode levar em consideração apenas a repercussão no corpo hídrico. Disse que os estados, por exemplo, podem definir o que seja, prioritariamente,

realizado porque possuem autonomia para isso. O Dr. Joaquim e o Dr. Di Bella concordaram com os argumentos e foi sugerida a troca da palavra “exclusivamente” para “prioritariamente”. O Dr. Airton Bodstein de Barros, da Universidade Federal Fluminense, disse que preferiria que esse parágrafo não fosse acrescentado ficando a questão em aberto por que o texto não define a competência do Conselho. Disse, também, que a idéia da resolução é diminuir conflitos e pode acontecer de uma intervenção em recursos hídricos gerar um problema que não seja em recursos hídricos. Segundo o Dr. Airton não se deve amarrar o tema. Após debate, a CT decidiu deixar o Parágrafo Único com o objetivo de refletir melhor sobre o assunto. Tratando do Art. 2º a Dr. Célia leu a proposta da ANA. O Dr. Júlio Thadeu apontou que na sugestão da agência, as palavras “superficiais” e “subterrâneas” não estavam presentes. A Dr. Célia Cristina, então, lembrou da Resolução n.º 15 do CNRH que possui disposições para conflitos em águas subterrâneas. O Dr. Roberto Monteiro disse que possuía dúvidas sobre a proposta apresentada pela ANA no ponto em que se dizia “após ouvida a ANA como instância administrativa inicial de deliberação”. Disse que possuía dúvidas sobre a expressão “deliberação”. Disse que não sabia se, nesse caso, a função da ANA, em um rio federal, seria de deliberação administrativa inicial. O Dr. Júlio Thadeu lembrou que um usuário pode levar uma questão para a instância superior que é o CNRH e exemplificou que se um usuário não conseguir resolver um conflito dentro do Comitê de Bacia, ele pode levar o caso ao Conselho Nacional. O Dr. Roberto, então, propôs que houvesse uma redação intermediária entre o texto base da proposta de resolução e a sugestão dada pela Agência Nacional de Águas para que se dê prestígio necessário à figura central de todo o trabalho que é o Comitê de Bacia. O Dr. Joaquim questionou se não poderia haver uma instância intermediária em um rio de domínio da União. “Poderia a ANA intermediar o processo antes de chegar ao CNRH?”. Começou, então, a discussão do Art. 3º que fala do encaminhamento ao CNRH. Foi proposto que os projetos sejam encaminhados ao Conselho com parecer da ANA. O Dr. Airton sugeriu um Parágrafo Único que explicitasse essa questão. Foi redigido para análise posterior. Com isso, no Art. 2º foi suprimido “autoridades outorgantes”. O Dr. Júlio Thadeu interrompeu os trabalhos para o almoço. Retorno à reunião aconteceu às 14h30. Os membros da CT voltaram à discussão do Art. 2º onde é mencionada a questão da vazão. Após o debate, a Dr.<sup>a</sup> Célia voltou ao *Caput* e disse que estava faltando a definição de quem irá encaminhar os projetos. A questão foi analisada e o consenso foi que deveria haver uma definição de um “fluxo normal de instâncias” como definiu o Dr. Airton. O Dr. Júlio Thadeu disse que o objetivo é colocar filtros no sistema para que nem tudo precise chegar ao Conselho: “o ideal é que todos os conflitos sejam resolvidos no âmbito da bacia”. A Dr.<sup>a</sup> Célia Cristina lembrou que a resolução dispõe sobre critérios gerais mas que os estados podem estabelecer uma regra maior. Então, sugeriu que no Art. 2º, inciso I, fossem acrescentadas as palavras “no mínimo” antes de “redução maior que 5%”. A sugestão foi debatida e chegou-se a um consenso: “empreendimentos cuja vazão requerida implique redução maior que 5% a outro uso outorgado, em estado diverso daquele onde será implantado, se somada à vazão das outorgas já emitidas”. O item ficou para reflexão e será discutido na próxima reunião. Foi formado um grupo de trabalho para estudar critérios para a entrada de projetos no CNRH e em que casos caberia recurso: Dr.<sup>a</sup> Célia Cristina, Dr. Roberto Monteiro e Dr. Wilson de Azevedo Filho, consultor na Secretaria Executiva do CNRH. O Dr. Joaquim Gondim ressaltou que o início do processo da emissão do Certificado de Sustentabilidade da Obra para projetos de valor igual ou superior a R\$ 10 milhões, a serem implantadas ou financiadas, no todo ou em parte, com recursos financeiros da União, que será dado pela ANA, está aguardando a aprovação dessa resolução. O Art. 3º foi incorporado ao Art. 2º. O Art. 4º ficou como no texto original. Na discussão do Art. 6º foi aceita a proposta da ANA. O Art. 7º estabelece prazos para a análise de projetos. Foi sugerido, pela Dr.<sup>a</sup> Célia, que a resolução peça alguns documentos para que a análise de projetos tenha melhor

embasamento. Então, o mesmo grupo de trabalho ficou de analisar que documentos seriam esses tendo por base os sugeridos: histórico, enquadramento legal, parecer técnico e conclusões ou recomendações. Outro grupo de trabalho foi formado para sugerir à ANA correção ou complementação para a redação final do Certificado de Sustentabilidade da Obra: Dr.<sup>a</sup> Maria Bebiana Castanho, Dr.<sup>a</sup> Rachel Landgraf, Dr.<sup>a</sup> Célia e Dr.<sup>a</sup> Fernanda Dalcanele, técnica da Superintendência de Eventos Críticos da ANA.

**ANEXO VIII – Reprodução do trecho da ATA DA 14ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, realizada em 13/06/2002, no que se refere a proposta de resolução.....**

Item III – Continuação da redação da Proposta de Resolução que estabelece critérios gerais para análise de projetos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados (Inc. III, do Art. 35, da Lei n.º 9.433/97). A pauta foi seguida com a continuidade da redação da Proposta de Resolução que estabelece critérios gerais para análise de projetos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados. O Dr. Júlio lembrou que a proposta foi toda debatida na reunião anterior e que, naquele momento, deveria ser modificada segundo uma metodologia mais objetiva. O Dr. Joaquim apresentou sugestões, distribuindo cópias aos membros. Tanto a proposta base, quanto a proposta apresentada pelo Dr. Joaquim, foram projetadas em tela visualização de todos, o que facilitou a integração e participação de todos os presentes. Ao final da tarde, após ampla análise e discussão da proposta mencionada, o Dr. Júlio solicitou ao Grupo de Trabalho, coordenado pelo Dr. Wilson, que estudasse e definisse, para o próximo encontro da CTAP, o que seria “Parecer Técnico” contido no Art. 6º.

**ANEXO IX – Reprodução do trecho da ATA DA 15ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, realizada em 23/07/2002, no que se refere a proposta de resolução.....**

Ao Item IV da Pauta – Análise da redação final da minuta de resolução sobre critérios gerais para análise de projetos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados. Dr. Júlio Thadeu colocou, que foi constituído um Grupo de Trabalho para finalizar a proposta de resolução em causa, que se aprovada pela Câmara, não haverá necessidade de ser encaminhada a outra Câmara Técnica para análise, e sim ao Conselho para homologação, e passou a palavra ao Dr. Joaquim Gondim, um dos componentes do GT para a apresentação da proposta de resolução, que distribuiu uma cópia aos presentes, leu-a, e colocou que após reunirem-se, defiram o documento com algumas alterações de forma e estava submetendo à Câmara. Após breves esclarecimentos e justificativas, foi aprovada com as correções previstas, e será encaminhada à Plenária do Conselho para homologação, e lavrada na íntegra nesta ata, e disponibilizada no endereço: ([www.cnrh-srh.gov.br](http://www.cnrh-srh.gov.br)) - Resolução nº 26, de 23 de agosto de 2002 - estabelece critérios gerais para o encaminhamento e deliberação pelo CNRH, de projetos de aproveitamento de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos, cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados, ou do Distrito Federal, em que serão implantados, conforme inciso III, do art. 35 da Lei nº 9.433, de 1997. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, na forma do art. 2º, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto nº 2.612, de 3 de julho de 1998, modificado pelo Decreto nº 3.978, de 22 de outubro de 2001, e na forma de seu Regimento Interno; Considerando a necessidade de estabelecer diretrizes complementares para os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos; Considerando que compete ao CNRH deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados, ou do Distrito Federal, em que serão

implantados. Considerando as competências atribuídas pela Resolução nº 8, de 21 de junho de 2000, à Câmara Técnica de Análise de Projetos – CTAP, bem como a necessidade de se estabelecer diretrizes para o bom exercício de suas atribuições, resolve: Art. 1º Esta Resolução tem por objeto o estabelecimento de critérios gerais para o encaminhamento, para deliberação pelo CNRH, de projetos de aproveitamento de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos, cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados, ou do Distrito Federal, em que serão implantados, conforme inciso III, do Art. 35, da Lei nº 9.433, de 1997. Art. 2º Deverão ser objeto de deliberação pelo CNRH: I - os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cuja vazão requerida e efluentes lançados, somados aos já outorgados, resultem em não atendimento das condições mínimas de exutório da sub-bacia, em termos qualitativos e quantitativos, definida de acordo com o Art. 5, da Resolução nº 17, de 29 de maio de 2001, do CNRH. II - os projetos de aproveitamento de recursos hídricos que exijam arbitragem, em última instância administrativa, dos conflitos existentes entre Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, conforme o disposto no inciso II, do Art. 35, da Lei nº 9.433, de 1997; e III - recursos das decisões dos Comitês de Bacias Hidrográficas, a pedido de qualquer usuário, conforme o disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 9.433, de 1997. IV – Planos e Programas governamentais de desenvolvimento com impacto nos recursos hídricos de repercussão regional ou nacional; Parágrafo único. Enquanto não for estabelecida a condição de exutório, fica definida como sendo de 30% da vazão de referência adotada para estabelecer o critério de outorga na sub-bacia. Art. 3º Poderão ser enviados para deliberação pelo CNRH: I – projetos, em suas diversas fases, para os quais os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos ou os Comitês de Bacias Hidrográficas em rios de domínio da União, solicitem a deliberação do CNRH, conforme o disposto no inciso IV, do Art. 35, da Lei nº 9.433, de 1997. Parágrafo único. Em rios de domínio da União, a ANA analisará os projetos e emitirá parecer técnico visando subsidiar a decisão do CNRH. Art. 4º A Secretaria Executiva do CNRH encaminhará à CTAP, na ordem cronológica em que forem recebidos, os projetos a serem analisados. Art. 5º A CTAP poderá solicitar assessoramento de órgãos ou entidades governamentais. Art. 6º Análise da CTAP será composta por: I – histórico; II - enquadramento legal; III - parecer técnico; e IV - conclusões ou recomendações. Art. 7º A CTAP terá prazo de 90 (noventa) dias para a análise dos projetos, prorrogável por igual prazo, à critério da presidência da referida Câmara Técnica ou por até um ano, à critério do CNRH. § 1º. A contagem do prazo será iniciada na data do protocolo no CNRH, das informações e documentações relativas ao projeto de aproveitamento. § 2º. Para a prorrogação do prazo de análise a que se refere o *caput*, o CNRH considerará as peculiaridades da atividade ou do empreendimento. Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. José Carlos Carvalho, Presidente – Raymundo José Santos Garrido, Secretário Executivo.

**ANEXO X – Reprodução do trecho da ATA DA VIII REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS de 22/08/2002, no que se refere a proposta de resolução.....**

Seguindo para o item 2 da pauta, análise da [proposta de Resolução que estabelece critérios gerais para a análise de projetos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados](#). O conselheiro Julio Thadeu Kettelhut apresentou a matéria explicando que a proposta de resolução fora elaborada pela Câmara Técnica de Análise e Projeto e dizia respeito ao inciso III, do artigo 35, da Lei nº 9.433/97. No artigo da Lei estava claro que a intenção era trazer ao Conselho projetos que causassem grandes repercussões, como por exemplo, a transposição do Rio São Francisco ou uma grande indústria que estivesse despejando dejetos no limite entre estados. Falou que com a redação da Lei, o entendimento era que qualquer projeto viesse ao CNRH. Assim, a Câmara Técnica achou por bem tentar



colocar filtros. Disse que não se estava modificando a Lei. Aquilo que pudesse ser resolvido no âmbito de um comitê de bacia, como a própria Lei dizia, resolver-se-ia no âmbito de comitê de bacia e não precisaria vir para o CNRH. Viriam para o Conselho os grandes projetos demandados pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e em rios de domínio da União, eles passariam primeiro pela Agência Nacional de Águas – ANA, porque aquela Agência era responsável pela emissão de outorgas em rios de domínio da União e entendia que ao conceder a outorga, ela estaria, de certa maneira, resolvendo possíveis conflitos. O conselheiro Mauro Viegas pediu vistas da proposta de resolução argumentando que o artigo 1º não deixava claro quais seriam as repercussões que extrapolariam o âmbito dos estados. Solicitou ao Plenário que a matéria fosse encaminhada a CTIL, para em conjunto com a CTAP, detalhassem melhor o assunto. Os conselheiros Jaconias, Carlos Eduardo Alencastre e Oscar Cordeiro reforçaram o pedido de vistas. O Dr. Garrido, em consenso com os conselheiros, estipulou o prazo de 13 de setembro para que fossem encaminhadas as sugestões de alteração do texto da proposta de resolução e ser novamente discutida em uma reunião conjunta entre CTIL e CTAP em data a ser agendada posteriormente. Segundo o Regimento, a matéria teria que ser pauta da próxima reunião do CNRH

**ANEXO XI – Reprodução do trecho da ATA DA 16ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO e 33ª REUNIÃO DA CTIL - CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, realizada em 19/09/2002, no que se refere a proposta de resolução.....**

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia dezoito de setembro de 2002, o Dr. Júlio Thadeu, Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL e da Câmara Técnica de Análise de Projeto - CTAP, iniciou a reunião conjunta das referidas Câmaras, respectivamente, 33ª e 16ª (**Anexo I - Pauta**). Deu boas vindas a todos e salientou o objetivo da realização desta reunião qual seja, a rediscussão da proposta de Resolução que estabelece critérios gerais para a análise de projetos cujas repercussões extrapolam o âmbito dos estados (**Anexo II**). Lembrou que a proposta de Resolução foi elaborada no âmbito da CTAP, encaminhada à Plenária do CNRH em sua 8ª Reunião Extraordinária, quando foi objeto de pedidos de vistas (**Anexo III**) e recomendação de uma nova discussão da mesma, com a participação da CTIL. Disse que a proposta de Resolução foi exaustivamente discutida na CTAP e que, de acordo com o inciso III, art. 35, da Lei nº 9.433, de 1997, todos os projetos de aproveitamento de recursos hídricos devem ser encaminhados ao CNRH; face à inviabilidade de que isto ocorra, a CTAP procurou estabelecer filtros, assunto do art. 2º da proposta de Resolução, para selecionar os projetos que deverão ser encaminhados ao CNRH. Sugeriu então que o processo de discussão fosse precedido por uma explanação do Dr. Joaquim Gondim, representante da ANA na CTAP, sobre os trabalhos ocorridos. O Dr. Joaquim fez apresentação esclarecendo os aspectos técnicos e conceituais abordados quando da elaboração da proposta de resolução. Finalizou propondo que as discussões abordassem primeiramente os propósitos pretendidos para, então, partir-se para a redação dos artigos. Em seguida, foram levantadas questões ao Dr. Joaquim, relacionadas principalmente: aos filtros estabelecidos, com destaque para o atendimento às condições mínimas de exutório; à compatibilidade com o estabelecido pela Resolução nº 17, do CNRH; e, à abrangência legal da Resolução em questão. Dando prosseguimento, o Dr. Júlio Thadeu pediu à Dra. Cristina Yuan que discurresse sobre o parecer encaminhado pelo setor usuário da indústria, por ela representado, relativo ao pedido de vistas solicitado. A Dra. Cristina Yuan falou inicialmente da necessidade da definição de projetos que extrapolam o âmbito dos estados. O Dr. Cabral salientou que, após definidos os projetos que deverão ser encaminhados ao CNRH, também deverão ser definidas a forma deste encaminhamento, e sua apresentação, assim como o que

será motivo da análise do Conselho. O Dr. Júlio Thadeu reforçou que todo e qualquer projeto de aproveitamento de recursos hídricos, dependendo do ponto de vista adotado, extrapola o âmbito de um Estado, e a Resolução se propõe a estabelecer filtros para que nem todos cheguem ao Conselho, já que a situação seria inviável. A Dra. Patrícia argumentou que, para o caso de conflitos, as instâncias recursivas já são estabelecidas pelo sistema de gerenciamento de recursos hídricos e, desta forma, a Resolução deveria se preocupar em estabelecer quais os projetos que deveriam ser encaminhados diretamente ao CNRH. A Dra. Sonáli opinou que o inciso IV, art. 2º, da proposta de resolução, que atribui ao CNRH a deliberação sobre planos e programas governamentais de desenvolvimento com impacto nos recursos hídricos, é indevido, uma vez que a Lei nº 9.433, de 1997, em seu art. 35, inciso III, estabelece que o CNRH deverá deliberar sobre projetos de aproveitamento de recursos hídricos e não sobre planos e programas. O Dr. Carlos Borges esclareceu que o referido inciso foi o maior motivador do pedido de vistas por parte do Conselheiro representante da ANEEL. A Dra. Regina falou que precisam ser explicitadas as competências e atribuições dos Comitês de sub-bacias ao dirimir conflitos. Em seguida, as discussões ficaram centradas na definição de projetos que extrapolam o âmbito dos estados. A Dra. Dalvacir reforçou que o propósito da proposta de resolução é de regulamentar o inciso III, art. 35, da Lei nº 9.433, de 1997 e, com isso, não deveria abranger as instâncias recursais de conflitos estabelecidos, mas sim, determinar os projetos que deverão ser trazidos para deliberação do CNRH. Foi proposto, e aceito por todos, que as discussões do período da tarde fossem iniciadas pelo artigo 2º da proposta de resolução. Nesse momento, às 12:30 horas, foi estabelecida pausa para almoço. O retorno aos trabalhos ocorreu às 14:35 horas, e os principais assuntos discutidos foram: a forma de deliberação do CNRH no caso dos projetos encaminhados; dificuldades para a definição do momento adequado para o encaminhamento de projetos; e, o atendimento às condições mínimas de exutório como parâmetro para a definição dos projetos a serem encaminhados ao CNRH. Foi também questionada a necessidade de elaboração de uma resolução do CNRH para tratar do assunto em questão. O Dr. Jair opinou que o arbítrio do CNRH deveria ser solicitado para projetos de interesse e/ou impacto regional ou nacional; questionou como deveria ser a forma de deliberação do CNRH e concluiu reforçando que a idéia é regulamentar o citado inciso III. O Dr. Júlio Thadeu reforçou a necessidade de regulamentação do inciso III e, portanto, de uma resolução para este fim. O Dr. Wilson advertiu sobre a característica política do inciso III e a pretensão de resolvê-lo com argumentações de cunho técnico. O Dr. Cabral lembrou que o inciso III não é auto-explicativo, diferentemente dos demais incisos do artigo 2º. A Dra. Aparecida salientou que ao se definir dominialidade se define subordinação, mas que, no caso da proposta de resolução, está sendo definida a não subordinação nos casos de diferentes domínios. A Dra. Sonáli argumentou que os projetos que deveriam ser a priori encaminhados ao CNRH para deliberação a respeito seriam aqueles de interesse nacional, cujas repercussões (ações e influências resultantes de sua implantação) além de extrapolar as fronteiras dos estados, extrapolem também as fronteiras da totalidade da bacia hidrográfica onde serão implantados, uma vez que neste caso, as citadas repercussões estariam além da área de atuação de Comitês de bacia e Conselhos Estaduais e, como tal, seriam obrigatoriamente objeto de avaliação do CNRH, cuja visão deve abranger o país como um todo. O Dr. Jair argumentou que as questões tendem a se tornar grandes demais para o CNRH, apesar de seu papel de órgão máximo do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; disse entender que o CNRH não deveria deliberar sobre a execução ou não de projetos de grande vulto, cuja decisão deve caber em alguns casos ao Congresso Nacional, mas emitir sua opinião; salientou que o apoio muitas vezes tem um peso maior do que propriamente a decisão em si. O Dr. Julio Thadeu ponderou que o CNRH tem autonomia para deliberar, conforme estabelecido na Lei nº 9.433, de 1997, incluídas aí as deliberações sobre projetos. Entretanto, complementou,



se o Congresso Nacional decidir deliberar sobre um determinado projeto, é evidente que o CNRH seguirá o determinado; opinou ainda que a Resolução em questão deveria existir nem que fosse para determinar que projetos não deveriam ser considerados pertinentes. O Dr. Rodopiano sugeriu que fosse solicitado um novo encaminhamento de sugestões à proposta de resolução, com definição de prazo para retorno. A Dra. Cristina Yuan ressaltou que não há uma crítica destrutiva em relação à proposta de resolução; disse ainda não considerar que projetos não tenham que vir ao Conselho; finalizou sugerindo a criação de um Grupo de Trabalho - GT para tratar do assunto, formado por membros das duas CTs. O Dr. Júlio Thadeu disse ser oportuna a criação de um GT e, como a proposta foi aprovada por todos, sugeriu que a Dra. Cristina Yuan coordene o GT, com o apoio do Dr. Wilson, por parte da Secretaria Executiva. O Dr. Joaquim falou que a atividade de emitir parecer sobre um projeto é muito complexa e que, por isso, deveria ser considerado, na elaboração da proposta de resolução, também o aspecto operacional; complementou dizendo que não deveria ser atribuição do CNRH elaborar parecer sobre projetos encaminhados, mas sim emitir sua opinião baseada num parecer. Foi solicitado que sugestões à proposta de Resolução fossem enviadas à Dra. Cristina Yuan, pelo e-mail da Secretaria Executiva, na forma de emendas com as respectivas justificativas. Ficou acertado o seguinte: as contribuições à proposta de resolução deverão ser encaminhadas à Secretaria Executiva, na forma de emendas aditivas, supressivas e substitutivas, com justificativas, até a data de 4 de outubro próximo; a próxima reunião conjunta das duas CTs será realizada no dia 15 de outubro deste ano; e, neste ínterim, o GT deverá se reunir em dia a ser agendado pela Dra. Cristina Yuan. A proposta de resolução sofreu modificações e a versão atual encontra-se em anexo (Anexo IV). Nesse momento, às 17:20 horas, o Dr. Júlio Thadeu agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos.

#### **ANEXO XII – Reprodução do trecho da ATA DA 17ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, realizada em 15/10/2002, no que se refere a proposta de resolução.....**

Em seguida, foram iniciados os debates relativos à [proposta de resolução que estabelece critérios gerais para análise de projetos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados](#), item 4 da pauta (Anexo IV). A Dra. Cristina Yuan desculpou-se e disse que, por motivos particulares, não pôde agendar reunião do Grupo de Trabalho criado para discutir a referida proposta de resolução; desta forma, sugeriu que nesta reunião fossem discutidas as propostas encaminhadas à Secretaria Executiva. O Dr. Julio Thadeu salientou que, como as referidas propostas foram díspares, não foi possível à Secretaria Executiva consolidar um documento único. Durante os debates, foram levantados questionamentos sobre a atribuição do CNRH de deliberar sobre projetos de grande vulto, inclusive sua exequibilidade. A Dra. Cristina Yuan opinou que, como ponto de partida dos trabalhos, deveriam ser definidos o que são projetos que extrapolam o âmbito dos estados. O Dr. Julio Thadeu lembrou que existe também a possibilidade de se estabelecer filtros para a indicação dos projetos a serem encaminhados para análise do CNRH, além dos conflitos, que seriam encaminhados após o cumprimento das respectivas instâncias recursais. O Dr. Rodopiano disse que a existência de conflito era uma condicionante clara para encaminhamento ao CNRH. A Dra. Dalvacir argumentou que a questão dos conflitos estava explícita no inciso II, art. 35, da Lei nº 9.433, de 1997; acrescentou que o presente caso referia-se à regulamentação do inciso III. A Dra. Cristina Yuan reforçou que a intenção seria discriminar os projetos a serem encaminhados ao CNRH, apesar da possibilidade da ocorrência de esquecimentos. A Dra. Sonáli lembrou que todo projeto deveria ser aprovado pelo Comitê da bacia hidrográfica e estar contido em seu Plano de recursos hídricos e, do mesmo modo, quando provocasse repercussões em outra bacia, deveria ser aprovado pelo Comitê e contido no Plano de recursos

hídricos da mesma; entretanto, concluiu, o interesse nacional sobre qualquer projeto somente poderia ser avaliado no âmbito do CNRH. O Dr. Cabral destacou que algumas questões conceituais não estavam suficientemente resolvidas, o que impedia o bom andamento dos trabalhos. O Dr. Gondim opinou que o pedido de outorga de uso dos recursos hídricos seria uma forma de entrada de um projeto dentro do sistema; entretanto, destacou, ficaria a questão de quem e como um projeto seria encaminhado ao CNRH; lembrou também os problemas que seriam encontrados na implementação de projetos localizados em bacias hidrográficas ainda não estruturadas em termos de comitê e do plano de recursos hídricos. A Dra. Sonáli reforçou que os projetos que deveriam aportar ao CNRH seriam os que extrapolassem a área de atuação dos Comitês, definida no art. 37 da Lei nº 9.433, de 1997. A Dra. Bebiana disse entender que as dúvidas estariam baseadas em conceitos não satisfatoriamente definidos; questionou a necessidade de existência da resolução em discussão. O Dr. Leal propôs a fixação de parâmetros que seriam referência para definição dos projetos a serem encaminhados ao CNRH. O Dr. Julio Thadeu lembrou que existem projetos que passam obrigatoriamente pelos órgãos gestores, o que já se constituía num filtro; propôs a inclusão, na proposta de resolução, de item prevendo que qualquer Conselheiro poderia, se julgasse procedente, solicitar projeto para deliberação do CNRH. O Dr. Roberto Monteiro disse que as discussões não deveriam se ater a questões pontuais e ressaltou que as repercussões políticas de um projeto também levariam a solicitações de deliberação do CNRH; salientou que o Conselho deveria agir também de forma proativa neste caso. A Dra. Cristina Yuan questionou a conveniência da elaboração da proposta de resolução em discussão; disse que o CNRH tem competência de estabelecimento de diretrizes gerais com características de abrangência nacional e neste caso, estariam sendo tratadas questões pontuais; com isso, questionou a competência do CNRH em fazê-lo. O Dr. Jair concordou com a colocação da Dra. Cristina Yuan e interrogou se o CNRH deveria deliberar quanto à exequibilidade dos empreendimentos e também sobre o caráter licenciatório dos mesmos; destacou o caráter político do inciso III, art. 35, da Lei nº 9.433, de 1997; salientou que a deliberação sobre projetos deveria ser, em primeira instância, decidida no nível dos comitês de bacia; disse que a definição de projetos que extrapolam o âmbito dos estados era muito abrangente e, concluindo, propôs que fosse dado um tempo para a realização, por cada membro da CT, de uma reflexão mais ampla sobre as questões relativas à presente resolução. O Dr. Julio Thadeu salientou a existência de caminho administrativo determinado pelo SINGREH e citou o Parágrafo único do art. 38, da Lei nº 9.433, de 1997; salientou que as discussões estavam indicando que a análise e deliberação sobre projetos, pelo Conselho, somente ocorreria com a existência de conflitos. O Dr. Gondim destacou a importância da definição da palavra repercussão, uma vez que a mesma permitia que a abrangência do inciso III atingisse projetos de qualquer vulto. Neste momento, às 12:35 horas, foi proposta pausa para almoço. O retorno ocorreu às 15:00 horas. Foi dada continuidade aos debates sobre a proposta de resolução que estabelece critérios gerais para a análise de projetos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados. O Dr. Julio Thadeu lembrou da necessidade de resposta à Plenária do CNRH; propôs a elaboração de nova proposta de resolução na qual os considerandos seriam utilizados para explicar o contexto das discussões ocorridas e um artigo único diria que os outros incisos do art. 35 abrangiam o inciso III. A Dra. Sonáli salientou que qualquer projeto poderia, a qualquer momento, ser chamado para análise do Conselho; defendeu a inclusão de artigo explicitando isso. O Dr. Hugo disse concordar com o encaminhamento de uma proposta de Resolução mais objetiva e acompanhada de exposição de motivos. A Dra. Célia ressaltou a importância de que a Resolução não se limitasse a apenas repetir o que já está estabelecido por Lei. O Dr. Cabral falou que deveriam ser previstas outras formas de encaminhamento de projetos ao CNRH, além dos solicitados pela Plenária. O Dr. Julio Thadeu ressaltou que o estabelecimento de filtros para o encaminhamento de projetos para análise do CNRH atingiria

dois objetivos: a restrição do número de projetos encaminhados e, a determinação de que os mesmos tivessem vencido instâncias administrativas inferiores. O Dr. Jair advertiu que a proposta de resolução poderia estar referendando um equívoco da Lei ou seja, a redação do inciso III, art. 35, da Lei nº 9.433, de 1997. O Dr. Cabral, por sua vez, advertiu que a CTAP não tinha demandas que justificassem a necessidade de regulamentação do citado inciso III. O Dr. Julio Thadeu ponderou que as discussões estariam levando ao consenso da não necessidade atual de elaboração da proposta de Resolução; com isso, concluiu, seria necessária a elaboração de documento explicativo dos motivos; finalizou solicitando registro do seu voto favorável à resolução regulamentando o inciso III. O Dr. Jair disse entender que as CTs deveriam se pronunciar para demonstrar a impropriedade do inciso III; com relação à forma de deliberação do CNRH sobre projetos, considerou imprópria a definição da exequibilidade dos mesmos. O Dr. Julio Thadeu disse entender que deliberar abrangia uma gama de atitudes que iam da recomendação à decisão, contando inclusive com o veto. O Dr. Leal opinou ser difícil a definição da forma de deliberação sem o prévio conhecimento do que poderia ser encaminhado. O Dr. Wilson disse entender que a regulamentação do inciso III seria de suma importância para que o CNRH exercesse sua atribuição de órgão máximo do SINGREH. O Dr. Jair falou que o CNRH deveria ser proativo na solicitação de encaminhamento de projetos, observada a manifestação da instância administrativa dos comitês; ocorrendo desta forma, concluiu, o CNRH deveria se manifestar sobre a importância, a conveniência e a oportunidade de grandes projetos de interesse regional ou nacional. Complementando, o Dr. Rodopiano ressaltou a existência da instância administrativa dos conselhos estaduais. As discussões levaram a duas proposições para a questão da proposta de resolução, quais sejam: a resolução não era oportuna e as CTs deveriam elaborar justificativa para tanto, a ser encaminhada à Plenária; ou, a proposta de resolução seria elaborada estabelecendo filtros para o encaminhamento de projetos ao CNRH, contemplando as instâncias administrativas inferiores e a possibilidade de solicitação de encaminhamento de projetos por parte significativa dos Conselheiros. A Dra. Cristina Yuan propôs que a discussão fosse encaminhada ao Grupo de Trabalho e que o mesmo ficaria encarregado de elaborar textos para os dois casos acima citados. A proposta foi aceita e a reunião do GT agendada para os próximos dias 24 e 25 de outubro, na cidade do Rio de Janeiro. A próxima reunião conjunta das duas CTs ficou marcada para o dia 7 de novembro deste ano.

**ANEXO XIII – Reprodução do trecho da ATA DA 18ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CONJUNTA COM A CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS), realizada em 07/11/2002, no que se refere a proposta de resolução.....**

Item III – Continuação do estudo da proposta de resolução sobre critérios gerais para análise de projetos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados (anexo 2). O Dr. Julio Thadeu lembrou que o item havia sido objeto de análise final por Grupo de Trabalho sob coordenação da Dra. Cristina Yuan com o objetivo de sugerir ao CNRH alternativas de textos para a resolução. A Dra. Cristina então, fez um relato das atividades do grupo. Disse que por ter recebido sugestões de redação para a proposta de resolução vindas dos Ministérios da Integração Nacional e dos Transportes; da ANEEL; do setor de Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica; da Indústria; dos Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas; da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente; e, também, do senhor Aírton Bodstein de Barros, professor da Universidade Federal Fluminense, optou por uma adequação do texto do documento, mas que também emitiu um parecer técnico onde explicita que seu voto não é contrário à resolução mas que a

idéia precisa ser amadurecida. Ponderou que termos como “repercussões” e “extrapolar” precisam ser melhor definidos. Lembrou que a Lei 9.433/97, em seu art. 35, já estabelece que ao CNRH compete deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados. Sendo assim, o Conselho não precisaria de uma resolução para tal competência. Está previsto em lei. O Dr. Julio enfatizou que a resolução é importante porque, no futuro, alguém, por exemplo, pode alegar na justiça que não irá pagar pela cobrança pelo uso dos recursos hídricos porque a outorga solicitada possui repercussão em outro estado e poderá questionar se isso foi aprovado no Conselho. O trabalho que a CTAP teve foi criar filtros para selecionar projetos que deveriam ser encaminhados ao CNRH. Advertiu que se a Câmara chegar à conclusão de que não deva existir a resolução, é preciso que seja explicado o porquê para que não haja, futuramente, barreiras legais que impeçam o andamento de obras. Todavia, pediu registro de seu voto favorável à existência da resolução. O Dr. Fernando Cabral opinou que é precipitado regulamentar uma ação sendo que para ela não existe demanda. O Conselho nunca recebeu um projeto para ser analisado. O Dr. Carlos Hugo Sampaio, conselheiro titular representante do Ministério da Justiça, disse que o medo de se embargar obras e projetos é precipitado porque caso seja detectado conflito, o CNRH poder ser acionado a qualquer momento. Ponderou que haverá percepção de repercussões apenas depois de obras concluídas, portanto a deliberação do Conselho não precisa ser prévia. O Dr. Julio disse que, independente de se encaminhar uma proposta de resolução ou não, é importante que todos conheçam as sugestões de texto enviadas ao Grupo de Trabalho. Após considerações de todos os presentes, a maioria dos membros da Câmara concordou com o encaminhamento, ao plenário do CNRH, do parecer, anexo (**anexo 3**), citados alguns trechos a seguir: “... *Os incisos II e III do art.2º da proposta da CTAP nada mais faziam que reiterar competência do CNRH, já prevista na Lei nº 9.433/1997 que, de forma mais abrangente, lhe atribui não só o poder de dirimir situações de conflito entre Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, mas também de decidir sobre questões que lhe tenham sido encaminhadas pelos Conselhos Estaduais e pelos Comitês de Bacia. Não há dúvida de que nessa competência se inclui a hipótese de deliberar sobre projetos encaminhados por aqueles órgãos (art.35, II e IV). Ademais, nos termos em que a CTAP elaborou a proposta - sem definir, com relativa precisão, a amplitude e qualificação do que significa repercussões que extrapolem o âmbito dos Estados – ela poderia propiciar que qualquer projeto fosse submetido à apreciação do CNRH e levar ao enfraquecimento da atuação dos Comitês de Bacia; o que contraria, frontalmente, os objetivos da política de descentralização instituída pela Lei nº 9.433/97. Com efeito, a atribuição conferida ao CNRH pelo inciso III em apreço merece ser mais bem examinada e interpretada pelos operadores da lei, de modo a se perquirir a real vontade da lei, considerando todo o disciplinamento da gestão dos recursos hídricos. Assim, surgiram algumas questões: 1. A regra do citado inciso III destina-se somente aos Comitês da Bacia de rios estaduais, já que os projetos a serem implantados nas bacias de rios federais necessariamente repercutiriam em outros Estados, ou se destina a projetos de quaisquer bacias, necessitando, nesse caso, de uma definição prévia para limitar a abrangência do dispositivo ?; 2. Todo projeto implantado em um corpo d’água, que não fosse de domínio de um Estado, teria que ser submetido necessariamente ao CNRH ?; 3. O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos já está implementado e suficientemente amadurecido e com experiência para caracterizar e definir quais projetos terão repercussões que extrapolem o âmbito dos Estados?; 4. Não seria a verdadeira intenção da lei referir-se a projetos de interesse nacional, cujas repercussões, além de extrapolar as fronteiras do Estado, extrapolassem também as fronteiras da Bacia Hidrográfica, onde seriam implantados, uma vez que, nesse caso, tais repercussões estariam além da área de atuação dos Comitês de Bacia e dos respectivos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos?. Como se verifica, há inúmeras*

*dívidas e controvérsias que precisam de tempo para serem equacionados pelo Sistema. Entretanto, é importante ressaltar que, a despeito disso, continua o CNRH habilitado a exercer a competência que lhe foi outorgada pela lei, de deliberar sobre os projetos que os Comitês e os Conselhos, ou mesmo os competentes órgãos gestores, entenderem que devam ser submetidos à sua apreciação, seja pela sua importância e magnitude, seja pela ocorrência de conflitos entre os usuários ou entre os Comitês e Conselhos. Em vista disso, a CTIL e a CTAP consideram necessário que seja estabelecida uma resolução específica para definição de formas e critérios de encaminhamento, para deliberação do CNRH, de projetos e questões de sua competência.”*

**ANEXO XIV – Reprodução do trecho da ATA DA IX REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS de 29/11/2002, no que se refere a proposta de resolução.....**

O Dr. Garrido retomou os trabalhos às 15h15, adentrando no item 6 da pauta, referente a [Análise da Proposta de Resolução que estabelece Diretrizes Gerais para Análise de Projeto cujo as repercussões extrapolam o âmbito dos Estados](#), com base no parecer elaborado pela CTIL e pela CTAP, convidando a Conselheira Cristina Yuan para comentar a Proposta de Resolução. A Conselheira Cristina Yuan lembrou que esta proposta de resolução fora objeto de pauta na reunião passada do CNRH e que fora objeto de pedido de vistas por alguns conselheiros. Falou que fora dado um prazo pelo Presidente para que os autores do pedido de vistas encaminhassem seu parecer, o que foi feito e depois foram realizadas 3 reuniões da CTAP, em conjunto com a CTIL, para apreciação do assunto. Foram analisados os pareceres e como resultado de todo esse trabalho, foi elaborado um Parecer Técnico, que estava sendo submetido à apreciação da Plenária. Este parecer consistia no entendimento de que ainda haviam lacunas de definições, entre elas, por exemplo, do que seria considerado como repercussões que extrapolassem o âmbito dos estados. Ponderou que havia um certo temor de que isso causasse uma avalanche de encaminhamento de Projetos ao CNRH, muitos dos quais poderiam ser resolvidos nos âmbitos dos próprios comitês de bacias. Em função disso, disse, a proposta das CTs era de que essa proposta de Resolução não fosse objeto de análise pelo CNRH, nesse momento. Explicou que isso não queria dizer que o assunto estava encerrado, visto que era de extrema importância, e que de fato o encaminhamento dos Projetos não ficaria prejudicado, porque isso já era admitido pelo inciso III do art. 35 da Lei nº 9.433, de 1997. Disse que o que estava sendo proposto era a suspensão, nesse momento, da discussão e aprovação da Proposta de Resolução originalmente encaminhada ao CNRH, e que fosse dada autorização a CTAP para elaborar uma resolução específica visando a definição de formas e critérios de encaminhamento para deliberação, por parte do CNRH, de projetos. Assim, complementou, seria elaborada uma nova proposta de Resolução definindo, para que Projetos possam ser encaminhado ao CNRH, os critérios que teriam de ser atendidos e de que forma esses Projetos teriam de ser encaminhados. O Dr. Garrido agradeceu e passou a palavra ao Dr. Julio Thadeu, que explicitou que o objetivo do encaminhamento deste assunto era no sentido de que o CNRH não aceitasse a proposta de Resolução e que encaminhasse o assunto de volta a CTAP. O Dr. Garrido agradeceu e questionou o Plenário se poderia convergir nessa decisão, não necessariamente votando, pois parecia que havia consenso em torno da proposta apresentada. Não havendo manifestação em contrário ficou aprovado o retorno do assunto para a CT, para estudo mais amplo da questão.



**ANEXO XV – Reprodução do trecho da ATA DA 19ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, realizada em 18/12/2002, no que se refere a proposta de resolução.....**

Item IV – Proposta de resolução que estabelece critérios de encaminhamento de projetos para análise pelo CNRH. Após o relato do andamento do assunto, o Dr. Julio sugeriu a criação de um grupo de trabalho que terá como objetivo redigir uma primeira minuta do novo enfoque da proposta a ser apresentada na próxima reunião da CTAP marcada para janeiro de 2003. A proposta deverá seguir o art. 6º da proposta já existente onde diz que a análise da Câmara Técnica será subsidiada pelo histórico, enquadramento legal, parecer técnico e conclusões ou recomendações. O que precisaria ser acrescentado são os requisitos mínimos da documentação a ser levada ao Conselho pelo interessado. O Grupo de Trabalho foi composto pelos representantes da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, os Drs. Rachel Landgraf de Siqueira e Wilson de Azevedo Filho, da ANA, a Dra. Célia Cristina, da ANEEL, o Dr. Carlos Martins Borges, e da ABES/DF, O Dr. Antônio Luitgards Moura.

**ANEXO XVI – Reprodução do trecho da ATA DA X REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS de 25/03/2003, no que se refere a proposta de resolução.....**

Às 14:00 horas, a reunião foi suspensa, com pausa para almoço; os trabalhos foram reiniciados às 15:00 horas, com o item 4º da pauta, referente à análise de proposta de Resolução que estabelecia as normas gerais para o encaminhamento, para deliberação pelo CNRH, de projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolassem o âmbito dos estados em que seriam implantados. O Conselheiro Romildo de Oliveira Campelo, representante das Indústrias, disse que não se sentia em condições de analisar a proposta de resolução; pediu que a mesma fosse retirada de pauta e reapresentada na próxima reunião do CNRH. A Dra. Cristina Yuan concordou com o Dr. Romildo e sugeriu que a matéria fosse retirada de pauta por quem a havia encaminhado, no caso o presidente da CTAP. O Dr. João Bosco solicitou a manifestação do Conselheiro Julio Thadeu, Presidente da Câmara Técnica pertinente. O Dr. Julio Thadeu disse que o tema era de fato complexo e que concordava com a retirada da proposta de resolução da pauta. O Presidente, em seguida, considerou a matéria fora de pauta, encaminhando o assunto para a próxima reunião do CNRH. O Dr. Carlos Hugo, representante do Ministério da Justiça, disse que seria interessante que, aproveitando-se a presença de todos, se fizesse pelo menos a introdução do tema. Consultado o Plenário pelo Presidente, todos concordaram com a proposta. Foi solicitado ao Dr. Julio Thadeu que o fizesse a apresentação. O Dr. Julio Thadeu disse que, conforme art. 35, inciso IV, da Lei nº 9.433, de 1997, é competência do CNRH “deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolassem o âmbito dos Estados em que seriam implantados”; ressaltou a dificuldade operacional ocasionada se todos os projetos com interferência em recursos hídricos fossem encaminhados para análise do Conselho. Ressaltou não existir a intenção de que todos os projetos viessem ao CNRH, tendo em vista a impossibilidade operacional e técnica para a realização das análises requeridas, o que poderia trazer graves consequências para o funcionamento do sistema com um todo. Complementarmente, a Conselheira Patrícia Boson, representante das Indústrias, explicou alguns dos motivos que levaram a elaboração da proposta de resolução; sugeriu que a resolução deveria ser clara o suficiente para definir e caracterizar os projetos que deveriam vir ao CNRH. Disse que esperava que a resolução definisse o que o Conselho deveria fazer, ou seja, qual ato normativo seria expedido e o que seria analisado. Em síntese, disse a Conselheira que a resolução deveria esclarecer qual o papel do CNRH com relação a este aspecto. A Conselheira Ninon Franco, representante do Fórum Brasileiro das Organizações



Civis, sugeriu que o assunto voltasse à Câmara Técnica e disse que percebera a falta de outros critérios importantes e que os mesmos deveriam ser muito objetivos. O Presidente Dr. João Bosco colocou para decisão do plenário as sugestões manifestadas pelos conselheiros, inclusive o retorno da proposta para nova análise na Câmara Técnica. Após votação, foi aprovado por unanimidade dos presentes o encaminhamento da proposta de resolução para nova análise por parte da Câmara Técnica de Análise de Projeto.

**ANEXO XVII – Reprodução do trecho da ATA DA 23ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, realizada em 09/04/2003, no que se refere a proposta de resolução.....**

Item IV – Continuação da proposta de resolução que estabelece critérios de encaminhamento de projetos para análise pelo CNRH (referente à resolução da CTAP sugerida na 10ª reunião extraordinária do CNRH). O Dr. Julio Thadeu frisou que, durante a 10ª reunião extraordinária do CNRH, foi solicitada por conselheiros presentes a retirada do assunto em pauta, face à presença de vários novos conselheiros e a falta de tempo hábil para análise do referido documento. Ficou assim decidido que, o assunto deverá ser submetido à próxima reunião da CNRH. Após votação, e aprovação unânime dos presentes, foi dado encaminhamento da proposta de resolução para nova análise de conteúdo pela Câmara Técnica de Análise de Projeto - CTAP. O Dr. Julio Thadeu enfatizou ainda que, durante a reunião do CNRH solicitou ao(s) conselheiro(s) que haviam retirado o tema da pauta, o envio de e-mail ou fax contendo sugestões de alteração ou aprimoramento de conteúdo, não sendo constatado nenhum retorno até o presente momento. Depois de algumas considerações feitas sobre o assunto por parte dos membros da câmara, ficou decidido que, a posição da CTAP é a mesma anterior quanto ao conteúdo do texto de Resolução proposto, e encaminhou o assunto a CTIL para análise e posteriormente envio ao CNRH.

**ANEXO XVIII – Reprodução do trecho da ATA DA 48ª REUNIÃO DA CTIL CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, realizada em 05/06/2003, no que se refere a proposta de resolução.....**

Passou-se então ao item 7 da pauta do dia anterior: Análise da proposta de resolução sobre “Critérios para o encaminhamento, ao CNRH, de projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados”. O Dr. Julio Thadeu lembrou que essa proposta de resolução já teria sido encaminhada à Plenária do CNRH por duas vezes. Ressaltou que a mesma pretendia regulamentar o inciso III, art. 35, da Lei nº 9.433, de 1997, e que sua essência seria evitar que todos os projetos de aproveitamento de recursos hídricos se tornassem passíveis de aprovação pelo CNRH. Na condição de Presidente da CTAP, o Dr. Julio Thadeu solicitou registro que, após a proposta ter sido retirada da pauta da X Reunião Extraordinária e encaminhada à Câmara, nenhuma sugestão havia sido recebida e, portanto, a Câmara estaria ratificando seu posicionamento e encaminhando a proposta para nova análise da CTIL. A Dra. Maria Luiza expôs o posicionamento contrário do setor usuário da Indústria à proposta de resolução. A Dra. Sonáli disse que, na forma proposta, um empreendedor poderia ser surpreendido com uma notificação do CNRH em estágio avançado de sua obra, levantando a questão quanto ao momento em que o CNRH poderia requisitar a análise do projeto. Observou, entretanto, que tendo sido considerada pela CT a necessidade de uma resolução, a versão que estava sendo discutida era a que melhor contemplava as preocupações e questionamentos levantados durante as discussões. O Dr. Reginaldo também se mostrou favorável ao encaminhamento da proposta; apenas destacou sua preocupação com a inserção do momento da outorga. Após

debates, foram feitas modificações de forma no texto da proposta e a versão final (**Anexo XII**) aprovada para novo encaminhamento à Plenária do CNRH, com o parecer favorável da CTIL

**ANEXO XIX – Reprodução do trecho da ATA DA XII REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS de 15/10/2003, no que se refere a proposta de resolução.....**

Item 3.2 da pauta –proposta de resolução sobre critérios para o encaminhamento, ao CNRH, de projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantadas – encaminhada pela Câmara Técnica de Análise de Projeto - CTAP. O Conselheiro Julio Thadeu, Presidente da CTAP, foi convidado para apresentar a matéria. Explicou que a proposta de Resolução está relacionada ao artigo 35, inciso III, da Lei 9.433, de 1997. Indicou que a matéria vem sendo discutida a algum tempo na CTAP. **Relatou que quando da apresentação dessa proposta de resolução durante a XII Reunião Extraordinária do CNRH, havia sido recomendado que a CTAP solicitasse novas sugestões aos conselheiros, levando-as em consideração em mais uma análise da proposta de resolução. Como nenhuma sugestão foi apresentada, relatou, a matéria foi encaminhada à Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, que referendou-a e solicitou nova apresentação à Plenária do CNRH.** Alertou que o inciso III, do artigo 35, da Lei nº 9.433, de 1997, continuava sem regulamentação, permitindo que qualquer projeto com interferência nos recursos hídricos, em estudo ou implantação, fosse questionado em relação ao posicionamento do CNRH. Para tanto, destacou, a resolução procura estabelecer regras de encaminhamento. Aberta a palavra, o Conselheiro Flávio Antônio Neiva, representante do segmento das Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica, recomendou a inclusão de um dispositivo permitindo que o Presidente do CNRH decidisse sobre a matéria “ad referendum” do Plenário; em seguida, questionou sobre a forma de manifestação do Conselho com respeito aos projetos encaminhados. O Conselheiro Julio Thadeu se mostrou favorável à primeira proposição do Cons. Flávio Neiva e argumentou que o Conselho é soberano para reverter a decisão; com relação à forma de manifestação do CNRH, disse que seria dependente dos argumentos técnicos analisados pela Câmara Técnica, mas que obviamente decisões políticas também podem acontecer, uma vez que o CNRH é também um fórum político. O representante do Ministério de Minas e Energia, Conselheiro Miguel Antonio Cedraz Nery, sugeriu na redação do artigo 1º, o seguinte texto ao final: “ressalvados os casos regidos por legislação específica”. A Conselheira Ninon Machado ponderou que a explicitação da contagem de prazo deveria ser mais precisa, e ainda, que os aspectos institucionais do projeto e as questões sobre uso do solo devem ser considerados. A Conselheira Maria Cristina Yuan fez comentários sobre alguns pontos abordados pelo Conselheiro Julio Thadeu, lembrando que o pedido de vistas citado havia partido do setor industrial; observou que os problemas levantados anteriormente ainda persistiam e que a proposta de resolução de fato não estabelece diretrizes gerais e perguntou: “Qual seria o posicionamento do CNRH, político ou técnico?”. Questionou ainda sobre a forma de manifestação do CNRH. Opinou que não deveria ser o empreendedor o responsável pela “descrição das repercussões existentes” decorrentes do projeto (inciso III, do artigo 3º, da proposta de resolução), mas sim os órgãos gestores estaduais. O Conselheiro Julio Thadeu não concordou com a ponderação da Conselheira Maria Cristina Yuan; observou que a intenção não é facilitar para o empreendedor, diminuindo o tempo de análise. A Conselheira Maria Cristina Yuan, retomando a palavra, disse que da forma proposta na resolução o CNRH não estará instruído para deliberar. O Conselheiro Jerson Kelman disse que leu a proposta de resolução e não viu dificuldade de entendimento; disse que ela é meritória como está e que o

Conselho deve decidir sobre o que seria “extrapolar” ou causar problema. Concluiu dizendo não há razão para conflito e que o órgão gestor deve, de forma prudente, aguardar a manifestação do CNRH nos projetos que ele avocar. O Conselheiro Rui Brasil Assis, do CERH do Estado de São Paulo, pediu alguns esclarecimentos e sugeriu mudanças de forma no texto. O Dr. João Bosco passou a palavra para o Conselheiro Mauro Ribeiro Viegas, representante do segmento industrial. Conselheiro ponderou que a discussão do assunto estava complexa; sugeriu que a matéria fosse retirada de pauta e todos aqueles que tivessem sugestões que as apresentassem posteriormente à CTAP. O Cons. Julio Thadeu discordou do Cons. Mauro Viegas, lembrando que a matéria foi retirada de pauta por várias vezes e os interessados não teriam apresentado nenhuma sugestão; acrescentou que a matéria não poderia deixar de ser votada. Observou que as sugestões de redação poderiam ser discutidas, mas que o tema está maduro para decisão; concluiu afirmando que não vê necessidade de retorno à Câmara Técnica. O Dr. João Bosco iniciou a discussão sobre o encaminhamento da matéria em função do que falaram os Conselheiros Mauro Viegas e Julio Thadeu. A Conselheira Maria Cristina Yuan pediu novamente a palavra para dizer que reconhece o esforço das Câmaras Técnicas, acha que o CNRH deve deliberar critérios que viabilizem a implementação da política de recursos hídricos, porém existem perguntas e dúvidas na proposta que não estão claros. O Dr. João Bosco colocou em votação a proposta de encaminhamento apresentada pelo Cons. Mauro Viegas. Como sugestão de encaminhamento, sugeriu ainda o Conselheiro Emerson Martins Costa, que fosse estabelecido um prazo para novas manifestações. O tema foi retirado da pauta e ficou definido um prazo de 15 dias para que os conselheiros encaminhem à Câmara Técnica de Análise de Projetos todas as sugestões de redação, e que a proposta de resolução retorne como item de pauta da próxima reunião do Conselho.

**ANEXO XX – Reprodução do trecho da ATA DA 29ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, realizada em 28/10/2003, no que se refere a proposta de resolução.....**

Item V – Análise e nova discussão da minuta de proposta de resolução sobre projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados onde serão implantados, conforme determinado pela plenária do CNRH, durante a XII reunião extraordinária. Foram recebidas contribuições a serem inseridas na proposta de resolução (Anexo II). Após discussões por parte dos presentes, ficou acertado que a proposta de resolução deveria ser encaminhada a CTIL para análise e, posterior, envio a próxima reunião do CNRH prevista para primeira quinzena de dezembro de 2003.

**ANEXO XXI – Reprodução do trecho da ATA DA 30ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, realizada em 25/11/2003, no que se refere a proposta de resolução.....**

Item V Análise e debates sobre a minuta de proposta de resolução sobre projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados onde serão implantados, conforme determinado pela plenária do CNRH, durante a XII reunião extraordinária. Após discussões por parte dos presentes, sobre o formato do documento, já com as sugestões recebidas, foi aprovado, devendo o mesmo ser encaminhado a próxima reunião do CNRH, prevista para o dia 01 de dezembro de 2003. A Srª Patrícia Boson (Conselheira do CNRH) presente na reunião, disse que como conselheira tinha uma nova proposição para o documento em discussão, ressaltando que estaria encaminhando a

Secretaria Executiva do CNRH para que a mesma fizesse parte da pauta da próxima reunião do CNRH.

**ANEXO XXII – Reprodução do trecho da ATA DA X REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS de 01/12/2003, no que se refere a proposta de resolução.....**

Ainda durante os debates, a Conselheira **Cristina Yuan** solicitou verificação do quorum da reunião. Foi verificada a presença de 25 conselheiros votantes, o que, conforme estabelecido no Regimento Interno, determinaria a suspensão da análise de matérias deliberativas na reunião. Dessa forma, o Dr. **João Bosco** declarou suspensão a sessão deliberativa dessa X Reunião Ordinária do CNRH.

**ANEXO XXIII – Reprodução do trecho da ATA DA 31ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, realizada em 17/12/2003, no que se refere a proposta de resolução.....**

Item IV - Análise da proposta de resolução sobre projetos de aproveitamento de recursos hídricos cuja repercussão extrapolem o âmbito dos estados onde serão implantados. Documento encaminhado pela conselheira Patrícia Bóson com nova proposição de redação para resolução. Por não haver quorum ficou decidido por sugestão dos membros da CTAP, que o assunto seria abordado na próxima reunião da câmara.

**ANEXO XXIV – Reprodução do trecho da ATA DA 32ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, realizada em 29/01/2004, no que se refere a proposta de resolução.....**

Item V - Continuação da análise da proposta de resolução que tem por objeto o estabelecimento de normas gerais para o encaminhamento e deliberação pelo CNRH, de projetos de aproveitamento de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos, cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados ou Distrito Federal, em que serão implantados. O Sr. Julio Thadeu (SRH) introduziu o assunto com breve histórico sobre o inciso III do art. 35 da Lei nº 9433/97, objeto da proposta de resolução em questão. Informou que na última reunião do CNRH a resolução não foi apreciada por falta de quorum, por isso a CTAP estaria analisando a proposta enviada pelo segmento da Indústria no dia 01/12/2003. Enfatizou sobre a necessidade de uma regulamentação mínima para se evitar questionamentos e amenizar incertezas com relação ao citado inciso III do art. 35. A Sra. Cristina (Indústria) afirmou opinou que a proposta de resolução em questão causaria desconforto para o CNRH no que tange as deliberações de assuntos referentes a conflitos e novos projetos. Diante disto sugeriu que as atribuições do CNRH ficassem mais detalhadas. Dando continuidade a Sra. Cristina (Indústria) iniciou a defesa junto a proposta de resolução sugerida pela Indústria (01/12/2003), destacando que o seu Art. 2, pretendia elencar todos os tipos de projetos que deveriam ser objeto de análise no âmbito do CNRH. Foi unânime a concordância sobre a competência do CNRH de deliberar sobre tais projetos. Prosseguindo, a Sra. Cristina (Indústria) questionou sobre a etapa em que os projeto seriam analisados no CNRH, se antes ou depois da concessão da outorga. Por sua vez, o Sr. Julio Thadeu (SRH) esclareceu que no caso de conflitos o Conselho deliberaria por resolução ou moção. Prosseguiu afirmando que um dos objetivos da resolução seria equacionar possíveis questionamentos, tomando-se o cuidado de não delimitar os tipos de projeto na proposta de resolução final da CTAP, para que sejam evitadas exclusões e também exceções. Afirmou que o Conselho não possui capacidade

operacional para fazer análise de um volume grande de projetos. Para que houvesse progresso na discussão do Item V, foi sugerido, pelo Sr. Julio Thadeu (SRH), que: 1º) Permanecer na forma que está, sem resolução, mas conscientes da lacuna existente na Lei; 2º) reescrever o inciso III do art. 35 da Lei nº 9.433, de 1997; 3º) Analisar item por item da proposta da Indústria. Opinou que a proposta da Indústria, apesar dos contornos sugeridos, ocasionaria um número excessivo de projetos a serem analisados no âmbito do CNRH, conflitando com a sua própria capacidade operacional. O Sr. Marcelo (Indústria) ressaltou que após a outorga concedida seria difícil o veto a qualquer projeto e que sua análise deveria estar divorciada da outorga. O Sr. Leal (Defesa) questionou a Sra. Cristina sobre a pertinência da elaboração de uma resolução e, diante da resposta afirmativa, sugeriu uma metodologia para prosseguir com a análise da proposta da Indústria verificando todos os itens e definindo os contornos, procurando o consenso. Passou-se a questionar a necessidade de se explicitar os limites para filtrar o número de projetos a serem analisados. O Sr. Adriano (MCT) sugeriu a ampliação dos “Considerandos” existentes na proposta, para clareá-la, para isso sugeriu a itemização dos problemas existentes. O Sr. Julio Thadeu concordou com a proposta esclarecendo que o texto poderia ficar mais didático. O Sr. Di Bella (Hidroviário) afirmou que a União é que deveria prover condições para análise de todos os projetos, conforme estabelecido pelo Art. 35 da Lei nº 9433/97. Após intensa discussão, todos os membros concordaram com a necessidade da resolução, mas não foi alcançado consenso quanto à necessidade de serem estabelecidas condicionantes para limitar o número de projetos a serem analisados no âmbito do CNRH. A Sra. Norma afirmou que a proposta de resolução não deveria trazer condicionantes para os projetos, ficando as indicações abertas ao Conselho. O Sr. Júlio Thadeu (SRH) questionou o Sr. Marcelo se concordaria com a necessidade de se estabelecer limites para a quantidade de projetos a serem analisados pelo CNRH, devido a possíveis problemas de ordem operacional. O Sr. Marcelo concordou com essa necessidade e sugeriu que os limites fossem não discricionários. A reunião foi suspensa para almoço às 13:10 horas. Os trabalhos foram reiniciados às 15:00 horas, quando foi retomada a discussão sobre a regulamentação do Art. 35. O Sr. Julio Thadeu (SRH) ponderou que essa proposta poderia ser equacionada através de uma resolução do Conselho e/ou a inserção de um parágrafo no PL nº 1.616. A Sra. Cristina (Indústria) questionou o porque de não ter sido analisado no CNRH, até o presente momento, nenhum projeto, já que a Lei nº 9.433/97 assim o permitia. Concluiu que isso poderia estar ocorrendo por falta de informação, mas também seria um indicador de que o número de projetos para análise seria reduzido. Sr. Julio Thadeu ressaltou que as idéias novas seriam válidas, mas que não poderia ser ignorado o trabalho e o tempo despendido pela CTAP com o assunto. A Sra. Cristina afirmou que a discussão faz parte do processo até que a solução seja alcançada. A Sra. Ingrid (LACTEC) demonstrou sua dúvida referente a inserção de condicionantes ou não, característica que difere as propostas em análise. O Sr. Julio Thadeu propôs que a CT avaliasse os contornos sugeridos na proposta da Indústria e ratificou que todas as propostas anteriormente enviadas pelo segmento foram analisadas e opinou que a proposta de resolução deveria ser submetida ao CNRH. O Sr. Rogério opinou que a expressão “interesse nacional” contida no texto da proposta já trazia uma definição de contorno para os projetos a serem submetidos ao CNRH. O Sr. Marcelo afirmou que o Conselho deveria se ater aos grandes projetos e que o espírito da Lei nº 9.443/97 deveria ser respeitado. O Sr. Julio Thadeu foi favorável a colocação, mas solicitou a definição do que seriam grandes projetos, lembrando que a mesma deveria alcançar vários pontos de vista (social, quantitativo, qualitativo). O Sr. Eduardo (CERH/BA) ressaltou a necessidade da existência de um mecanismo para que as minorias possam ser ouvidas e relatou exemplo de conselho estadual do meio ambiente de seu estado, ratificando que o Conselho é o fórum adequado para essas discussões. A Sra. Cristina questionou sobre a definição de dominialidade dos cursos de água envolvidos nos projetos, o que se tornar um entrave, conforme colocado pela Sra. Norma que

relembrou a situação de pontos de vista já abordada pelo Sr. Julio Thadeu. Desta forma a Sra. Cristina sugeriu que todos fizessem um exercício, em casa, para definir todas as expressões que caberiam questionamentos. **Considerou-se a necessidade de uma melhor redação para a proposta de resolução.** Não se deliberou sobre o assunto, devido ao baixo quorum, sendo realizada uma leitura da proposta de resolução que recebeu contribuições após discussão sobre a inserção de condicionantes que limitassem o número de projetos a serem analisados pelo Conselho. **Ao final, em respeito a todo o trabalho realizado pela CTAP, a proposta de resolução já avaliada pela CTIL não foi descartada, mas sim foi sugerido que algumas pessoas se agrupassem para elaborar uma terceira proposta de resolução, resultante da mistura dos textos da proposta da Indústria e da proposta atual, para ser analisada na próxima reunião.** Ficaram responsáveis por essa tarefa as Sras. Cristina (Indústria), Virgínia (ANA) e o Sr. Eduardo (CERH/BA).

**ANEXO XXV – Reprodução do trecho da ATA DA 33ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, realizada em 19/02/2004, no que se refere a proposta de resolução.....**

Item VI – Continuação da análise das propostas de resolução que tem por objeto o estabelecimento de normas gerais para o encaminhamento, para deliberação pelo CNRH, de projetos de aproveitamento de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos, cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados, ou do Distrito Federal, em que serão implantados. O Sr. Júlio Thadeu (SRH) relatou sobre o encaminhamento dado a matéria na 32ª reunião, ressaltando o trabalho de junção de textos das propostas de resolução elaborados pela Indústria e ANA, que estaria sendo analisada na presente reunião. A Sra. Virgínia (ANA) teceu esclarecimentos referentes a cronologia da discussão dentro do grupo de trabalho. O Sr. Marcelo registrou que o segmento da Indústria acatou a maioria das sugestões enviadas pela ANA. Sr. Júlio Thadeu (SRH) ressaltou sobre os cuidados que o texto da resolução deveria apresentar no que tange a capacidade operacional do CNRH em analisar projetos, a responsabilidade do encaminhamento desses projetos ao CNRH e a definição de interesse nacional, temas esses muito discutidos na 32ª reunião da CTAP. **A proposta de resolução foi aprovada com modificações, conforme anexo I. Acordou-se o envio do texto final para os integrantes da CTAP até o final do dia 19/02/2004 para conhecimento e que a nova proposta fosse encaminhada para análise por parte da CTIL, com intuito de ser apreciada na próxima Plenária do Conselho.**

**ANEXO XXVI – Reprodução do trecho da ATA DA 59ª REUNIÃO DA CTIL - CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, realizada em 11 e 12/03/2004, no que se refere a proposta de resolução.....**

Passou-se então ao item 4 da pauta: análise da proposta de resolução sobre critérios para o encaminhamento, ao CNRH, de projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados, encaminhada pela CT de Análise de Projeto – CTAP (**Anexo VI**). O Dr. Julio Thadeu, na qualidade de Presidente da CTAP, expôs os trabalhos realizados no âmbito da CT e historiou sobre a presente proposta de resolução, inclusive suas análises anteriores nesta mesma CTIL e inclusões em pautas de outras reuniões do CNRH. Falou sobre as mudanças ocorridas em seu texto em comparação à versão que esteve nesta CT e na Plenária, destacando a incorporação de novas contribuições trazidas principalmente pelos representantes do segmento da indústria, sendo o texto atual motivo de consenso no âmbito da CTAP. Durante os debates subseqüentes, os questionamentos se detiveram nos incisos do art. 2º. A Dra. Sonáli ponderou



sobre sua interpretação de extrapolar o âmbito de bacias e não estados; dessa forma, concluiu, o comitê, mesmo em bacias de domínio da União, deveria ser o primeiro fórum de encaminhamento. Propôs que no § 4º do art. 3º fosse obrigatória a manifestação de conselhos estaduais e comitês em momento anterior à deliberação do CNRH. O Dr. Marcelo fez relato sobre o consenso atingido na reunião da CTAP sobre a proposta ora apresentada; portanto, sugeriu seu encaminhamento à Plenária na forma elaborada na CTAP. Ao final, houve concordância dos presentes; foi solicitada a elaboração de justificativa para acompanhar a proposta de resolução no seu encaminhamento à Plenária. O Dr. Julio Thadeu e a Dra. Célia Cristina se propuseram a tanto (**Anexo VII**).

**ANEXO XXVII – Reprodução do trecho da ATA DA XIII REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS de 26/03/2004, no que se refere a proposta de resolução.....**

**Anexo XI. Item 3.5 – [proposta de resolução que estabelece critérios para encaminhamento, ao CNRH, de projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados](#).** Para encaminhar a matéria, o Sr. João Bosco (Secretário Executivo), solicitou que o Sr. Julio Thadeu (SRH/MMA) fizesse o uso da palavra. O Sr. Julio Thadeu (SRH/MMA) recordou todo o histórico dessa proposta de resolução, que pretende regulamentar o inciso III do art. 35 da Lei nº 9.433, e foi motivo de amplos debates no âmbito da Câmara Técnica de Análise de Projetos - CTAP, sendo também motivo de pedido de vista e de retirada de pauta. Informou que, na primeira reunião de 2004 da CTAP, o segmento da Indústria teria apresentado nova versão para a proposta de resolução, que foi apreciada nas reuniões seguintes, e teve vários pontos incorporados à proposta apresentada na X Reunião Ordinária. Ressaltou que a versão então apresentada teria sido motivo de consenso no âmbito da CTAP. Expôs a preocupação latente na CT com possíveis questionamentos sobre a análise de empreendimentos pelo CNRH. Lembrou a todos que as questões de conflito permaneceriam podendo vir ao Conselho a qualquer momento. Durante os debates, o Sr. Luiz Fernando Schettino (CERH/ES) pediu vistas à proposta de resolução. O Sr. João Bosco (Secretário Executivo) entrevistou, informando sobre a ocorrência de pedido de vistas durante a VIII Reunião Extraordinária do CNRH, o que, segundo o Regimento Interno, não poderia se repetir. O Sr. Luiz Fernando Schettino (CERH/ES) explicitou suas preocupações com algumas questões que não estariam suficientemente claras referente às águas subterrâneas e dominialidade de cursos de água. O Sr. João Bosco (Secretário Executivo) informou que a melhor alternativa seria a plenária propor um novo retorno a CTAP para análise de sugestões, desde que os conselheiros envolvidos com a causa (CERH/ES, CERH/MG, CERH/BA e CERH/CE) se propusessem a enviar sugestões enriquecedoras para uma nova análise. Colocou a proposta em votação e, com a aprovação, ratificou que a proposta de resolução deveria ser trazida para apreciação na próxima reunião do CNRH. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) reforçou a solicitação feita pelo Sr. João Bosco referente ao envio de sugestões para subsidiar a análise da CTAP.

**ANEXO XXVIII – Reprodução do trecho da ATA DA 35ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, realizada em 22/04/2004, no que se refere a proposta de resolução.....**

**Item I –** O Sr. Júlio Thadeu (SRH) abriu os trabalhos da 35ª Reunião da CTAP às 09:57h. Agradeceu a presença de todos e informou sobre o pedido de retorno a CTAP da proposta de resolução que regulamenta o inciso III do art. 35 da Lei nº 9.433, de 1997, por ocasião da reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, dia 26/03/2004. Que na mesma

ocasião, foi aprovada a Moção recomendando ações na bacia do rio Guandu e que foi pedido vistas a proposta de Moção recomendando ações relativas à situação da mineração de areia na várzea do rio Paraíba do Sul. Citou que a CTIL terminou os trabalhos referentes ao PL 1616, que está tramitando no congresso, e que o relatório será apresentado em maio.

Item III – Análise de sugestões referentes a proposta de resolução que tem por objeto o estabelecimento de normas gerais para o encaminhamento, para deliberação pelo CNRH, de projetos de aproveitamento de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos, cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados, ou do Distrito Federal, em que serão implantados. O Sr. Júlio Thadeu (SRH) informou que foi aberto prazo para encaminhamento das sugestões ao texto, porém, nenhuma foi enviada. Dessa forma, a plenária foi favorável que se mantivesse a proposta anteriormente discutida. Antes de prosseguir a reunião, o Sr. Édio Laudelino (CESTE) solicitou inversão de pauta do item 5 para o item 4, justificando compromisso próximo, acatado por todos.

**ANEXO XXIX – Reprodução do trecho da ATA DA XI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS de 02/07/2004, no que se refere a proposta de resolução.....**

item 2.5: Deliberação sobre proposta de Resolução que estabelece critérios para o encaminhamento, ao CNRH, de projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados, (Anexo VII), encaminhada pela Câmara Técnica de Análise de Projeto - CTAP. Convidou o Presidente da CTAP, Conselheiro Julio Thadeu Kettelhut, do MMA, para encaminhar a matéria. O Conselheiro Julio Thadeu Kettelhut, do MMA, disse que essa proposta de resolução dizia respeito ao inciso III, artigo 35, da Lei nº 9.433, de 1997, o qual carecia da definição de empreendimentos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados. Externou a preocupação, no âmbito da CTAP, com a possibilidade de um empreendimento que possuísse licença ambiental e outorga para uso da água viesse a ser contestado por não ter sido aprovado no CNRH. Indicou que o objetivo não seria definir parâmetros para análise de projetos, mas sim, impossibilitar uma indagação legal pelo fato. O Secretário João Bosco Senra passou a palavra ao Conselheiro Hypérides Macedo, do Ministério da Integração, que declarou não ser contrário ao princípio democrático de colocar a disposição do Conselho a possibilidade de aprovação de um empreendimento de importância supraestadual. Prestou esclarecimentos sobre a sua proposta de eliminação do parágrafo 4º do artigo 3º: poderia evitar a necessidade de um projeto passar por todos os Comitês de Bacias na sua área de abrangência. Propôs ainda: a redução do prazo previsto no parágrafo 1º do artigo 4º, de noventa para sessenta dias; eliminação, no artigo 5º, da necessidade de parecer da ANA quando já estivesse emitida a outorga; inclusão de um parágrafo único no artigo 6º, não permitindo a prorrogação indefinida do prazo de avaliação do empreendimento. O Conselheiro Jerson Kelman, da ANA, expôs que o artigo 35 da Lei nº 9.433, de 1997, representaria um risco regulatório felizmente ainda não materializado, pela possibilidade de um projeto ter a sua legalidade contestada por não ter passado pelo CNRH. Indagou se esta proposta de Resolução eliminaria este risco regulatório ou estaria atuando de forma contrária, agravando-o. Citou recomendação da Ministra Marina Silva, à SRH/MMA e ANA, para que examinassem o assunto com muita atenção, sob a ótica desse risco regulatório, o que gerou uma nova proposta alternativa para a redação da proposta de resolução. Indicou que essa nova proposta pretendia criar um filtro para os casos de grande magnitude e repercussão, que deverão ser analisados pelo CNRH. Opinou sobre a dificuldade de se estabelecer parâmetros para identificação dos projetos que deverão passar pelo Conselho. Externou sua posição contrária à aprovação da proposta de resolução, em sua forma atual. Entretanto, propôs as seguintes modificações no texto: nova

redação para o artigo 2º, que seria “*O Conselho Nacional de Recursos Hídricos somente examinará os projetos que se referem o artigo primeiro por decisão de pelo menos 2/3 de seus membros*”, justificando que, pela dificuldade de caracterização dos projetos, deveriam ser feitas consultas específicas; nova redação para o artigo 3º, que seria “*Os Projetos admitidos para apreciação e deliberação do CNRH, na forma do artigo segundo, deverão ser encaminhados ao Conselho pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, público ou privada acompanhados das informações e esclarecimentos necessários num prazo de trinta dias contados do recebimento das solicitações à Secretaria*”, justificando que, inicialmente, o CNRH deveria deliberar sobre a possibilidade de um projeto ser avaliado para, posteriormente, proceder-se à sua análise técnica, sendo então solicitados os documentos necessários. O Sr. João Bosco Senra passou a palavra ao Sr. Luiz Carlos Fontes, Secretário Executivo do Comitê da Bacia do São Francisco – CBH-SF, que defendeu o papel dos Comitês de Bacias de rios de domínio da União quando são tratados projetos que extrapolem os domínios dos Estados. Condordou com o Sr. Jerson Kelman, da ANA, argumentando que, da forma escrita na proposta de resolução, qualquer projeto poderia ser encaminhado ao Conselho. Argumentou que uma das funções de um comitê estaria sendo ferida nessa proposta, uma vez que, na sua condição de instância básica em caso de conflitos, os comitês estariam impossibilitados de se manifestar. Lembrou sobre a possibilidade que o CBH-SF venha a ter uma demanda muito grande em virtude da transposição do rio São Francisco, quando, em consequência, caso haja a necessidade de se passar pelo Conselho, o Comitê não seria ouvido. Sugeriu que os processos deveriam vir ao CNRH instruídos pelo Comitê. O Sr. João Bosco Senra solicitou uma proposta de redação para facilitar o processo de discussão. Passou então a palavra ao Conselheiro Eduardo Madeira, do Ministério de Minas e Energia - MME, que externou o apoio do MME à proposta da ANA e da SRH/MMA com relação a redação dos artigos 2º e 3º. Fez duas sugestões de modificação: em relação ao artigo 4º, parágrafo 1º, para que fosse fixado um prazo de 90 dias para análise, prorrogável por no máximo igual período; no artigo 6º, mudar as palavras “*medidas e condições*” a serem observadas”, por “*recomendações*”. O Conselheiro Anivaldo de Miranda Pinto, do CERH-AL, apoiou a preocupação do Secretário Executivo do CBH-SF, salientando que não deveriam ser utilizados artifícios para contestar o conteúdo democrático e participativo da Constituição, caso contrário os Comitês se tornariam apenas “decorativos”. Lembrou que a Lei indicava o CNRH como a instância máxima de apelação do SINGREH, mas estabelecendo o Comitê da Bacia como sua instância de primeiro julgamento de conflitos. Salientou que no inciso III do artigo 35 estaria estabelecido que o CNRH deliberaria sobre, não alteraria, projetos de aproveitamento de recursos hídricos cuja repercussão extrapole o âmbito dos Estados. Ressaltou que o legislador teria sido sábio e que essa proposta de resolução se propunha a “violentar” o conteúdo da lei nacional de recursos hídricos. Disse ainda que esta Resolução desrespeitaria o próprio Plano Nacional de Recursos Hídricos, atropelando inclusive todo o seu processo de construção. Sugeriu que o CNRH deveria ignorar essa proposta de resolução e, dessa forma, respeitar a lei nacional de recursos hídricos. Com a palavra, o Conselheiro Manfredo Cardoso, do CERH-BA, argumentou que o CNRH deveria estudar melhor a questão, uma vez que esta resolução trataria de um marco regulatório. Afirmou que ela se sobrepunha ao domínio estadual, pelo fato da água subterrânea ser de domínio dos Estados. Destacou que esse procedimento passaria por cima dos Conselhos Estaduais e Comitês de Bacia, trazendo os projetos diretamente ao CNRH. Concluindo, sugeriu a sua retirada de pauta. A Conselheira Cristina Yuan, da indústria, informou que esta proposta de resolução teria sido fruto de um trabalho intenso no âmbito das Câmaras Técnicas do CNRH. Ressaltou que, em relação à questão de conflito, existiria uma interface entre os incisos III e IV do art. 35, quando ambos poderiam trazer projetos à deliberação do Conselho. Lembrou que em reuniões anteriores do CNRH já havia sido

debatida a sua competência para vedar a instalação de determinada atividade, e citou o artigo 6º: “*A Secretaria Executiva encaminhará os pareceres técnicos referentes ao projeto à Plenária do CNRH, que se manifestará por meio de Resolução específica, indicando, quando for o caso, medidas e condições a serem observadas para implantação, execução e operação do empreendimento*”. Observou que o entendimento seria contrário ao poder do Conselho para vetar, mas a favor da indicação de orientações que deveriam ser seguidas. Argumentou que seria inadmissível a desconsideração dos Conselhos Estaduais e Comitês havendo, na verdade, um fortalecimento da sua atuação, uma vez que se pretendia trazer os projetos após uma apreciação dos Comitês ou Conselhos Estaduais. Discordou ainda da hipótese dos projetos conflitarem com o Plano Nacional de Recursos Hídricos, pois o mesmo ainda não estaria concluído, sendo permitida inclusive a busca de uma harmonização. Quanto à proposta do Conselheiro Jerson Kelman, da ANA, na qual o CNRH somente examinaria os projetos por decisão de pelo menos 2/3 de seus membros, opinou que poderia ser inócua, pois o empreendedor poderia não disponibilizar informações suficientes; propôs que o texto do artigo 3º da proposta original passasse à seguinte forma: “*A solicitação para apreciação pelo CNRH do projeto de que trata o artigo anterior poderá ser encaminhada por quaisquer das instituições do SINGREH legalmente coinstituída...*”. Em relação ao parágrafo primeiro, sugeriu a seguinte modificação: “*A instituição responsável pelo pedido de apreciação do projeto ao CNRH deverá fundamentar o seu requerimento*”, objetivando fundamentos para subsidiar o pedido de apreciação, aí incluída a manifestação dos Comitês de Bacias e dos Conselhos Estaduais envolvidos. Sugeriu ainda aperfeiçoar o artigo 6º, substituindo a possibilidade de veto por uma manifestação do Conselho, por meio de uma moção, e não como uma posição final. O Conselheiro José Nilson Campos, das organizações técnicas e de ensino e pesquisa, questionou se caso fosse solicitado o arquivamento da proposta, ela poderia voltar novamente com novas modificações. O Secretário João Bosco Senra respondeu positivamente, com a condição de nova análise no âmbito das CTs envolvidas. Dito isso, colocou em votação a proposta de resolução, ressaltados os destaques, em conjunto com a proposta de arquivamento. A proposta de resolução não foi aprovada, sendo recomendado o seu arquivamento.

**ANEXO XXX – Reprodução do trecho da ATA DA 37ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, realizada em 08/07/2004, no que se refere a proposta de resolução.....**

Item I – O Sr. Júlio Thadeu (SRH) abriu os trabalhos da 37ª Reunião da CTAP às 09h:59. Agradeceu a presença de todos e informou sobre os assuntos deliberados durante a **XI Reunião Ordinária do CNRH, ocorrida em 02/07/2004, destacando as matérias encaminhadas pela CTAP, como: o arquivamento da Proposta de Resolução que estabelece critérios para o encaminhamento, ao CNRH, de projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados, assunto este analisado durante 3 anos pela CTAP, devido a difícil compreensão**. Destacou que, apesar do arquivamento da matéria, o assunto merece cuidado, por existir abertura no inciso III do art. 35 da Lei nº 9.433/97 e também pelo significado do termo arquivamento não estar previsto no Regimento Interno do CNRH. A Sra. Ingrid (OTEP) complementou informando sobre a aprovação do parecer, referente ao pedido de vistas, elaborado pela Sra. Patrícia Bóson, o qual se mostra contrário à aprovação da proposta de moção que recomenda ações relativas à situação da mineração de areia na várzea do rio Paraíba do Sul e encaminha para que o CEIVAP coordene uma apresentação, em reunião futura do CNRH, sobre o assunto. O Sr. Rodopiano (CBH-Mogi-Pardo) aproveitou o espaço referente a assuntos gerais para informar que seria membro, como representante dos comitês de bacia, da Comissão Executiva do

Atlântico Sudeste, criada conforme metodologia utilizada para a elaboração e consolidação do Plano Nacional de Recursos Hídricos, assim colocou-se a disposição para encaminhamento de assuntos relevantes para a discussão na Comissão. Também informou sobre o sucesso do 6º Encontro Nacional de Comitês de Bacia, destacando algumas deliberações ocorridas, como a mudança na diretoria colegiada e o contingenciamento aplicado no percentual de 0,75 da compensação financeira para a rubrica de Minas Gerais.

**ANEXO XXXI – Reprodução do trecho da ATA DA 62ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, realizada em 29 E 30/04/2008, no que se refere a proposta de resolução.....**

Item 5 – Proposta de Resolução sobre a Regulamentação do Inciso III, Art. 35, da Lei nº 9.433/97. O Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA) fez uma breve apresentação da matéria e de sua justificativa, destacando que nesse caso a abordagem seria para projetos de aproveitamento de recursos hídricos que extrapolem o âmbito dos estados onde forem implantados. Propôs a adoção da mesma metodologia utilizada na discussão anterior e abriu a palavra para as manifestações sobre o assunto. Anotou as contribuições na minuta de resolução (Anexo III) e passou ao encaminhamento do mérito da proposta de resolução, que foi aprovado por unanimidade. A seguir, submeteu separadamente à apreciação da CTAP, os destaques apresentados, obtendo a redação final da proposta de resolução (Anexo IV), a ser encaminhada para a CTPOAR para apreciação dos artigos 2º, 3º e 5º, antes de ser encaminhada à CTIL. Concluído o item, os trabalhos foram interrompidos às 18h45, com retorno previsto para o dia 30/05 às 9h00.

**ANEXO XXXII – Reprodução do trecho da ATA DA 64ª REUNIÃO DA CTPOAR - CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, realizada em 12 E 13/06/2008, no que se refere a proposta de resolução.....**

Item 3 - Análise da proposta de resolução encaminhada pela CTAP, que 152 “Estabelece diretrizes e critérios para a deliberação prevista no inciso III do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997”, conforme Ofício nº 154 004/2008/CTAP/CNRH/MMA. Para introdução do assunto acordaram pela leitura do art. 35 da Lei nº 9.433, de 1997, das competências da CTAP, da Resolução CNRH nº 8, de 2000 e na sequência passou-se para a leitura geral do texto, sem interrupção, buscando o entendimento geral da proposta de resolução. Após a leitura foi aberto espaço para as manifestações. **O Sr. Leonardo Mitre (ANA)** registrou posicionamento contrário à proposta apresentada, principalmente por considerar que o texto não respondia a maior dúvida existente, quanto ao inciso III do art. 35 da Lei nº 9.433, de 1997, ou seja, quais seriam os tipos de empreendimentos a serem analisados pelo CNRH, por ser inimaginável que todos os empreendimentos, independente de tamanho e impacto, passassem por este Conselho, haja vista que todo empreendimento traz impacto, devido à mecânica dos fluidos. Disse ainda que a proposta se restringia a estabelecer alguns procedimentos administrativos, somente complicando e não resolvendo o problema de interpretação que o art. 35 traz consigo, burocratizando o processo. Finalizou questionando a repercussão da proposta de resolução para a CTAP, Secretaria Executiva e CNRH. **O Sr. Erivelto Silveira (Saneamento)** disse que a proposta limitava-se a estabelecer procedimentos e que no mínimo deveria ser suprimida a palavra “diretrizes”, pois o texto não teria esse propósito. Informou que a proposta de resolução fora repassada para os técnicos da SANEPAR que não apresentaram contentamento com o texto. **O Sr. Sebastião de Oliveira (MME)** comentou que pela sua interpretação seriam realmente todos os empreendimentos que estariam sendo analisados pelo CNRH e que, sabendo do âmbito de atuação do CNRH,

respeitadas todas as instâncias de negociação existentes no SINGREH não necessitaria estar escrito na proposta de resolução a expressão “extrapolem o âmbito dos Estados....”. Sugeriu que fosse definido, na proposta, as repercussões dos empreendimentos, criando parâmetros para serem analisados pelo CNRH. A **Sra. Leila Carvalho (CERH SP/RJ)** falou que pela sua interpretação todas as obras hidráulicas de médio a grande porte, assim como reversões inter-bacias, viriam para a CTAP, sendo isso uma gama enorme de projetos. Sugeriu que a definição dos empreendimentos a serem analisados fosse melhorada no sentido de classificar, conforme o impacto nos recursos hídricos, para tanto necessitando de mais critérios. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** esclareceu que a proposta de resolução estaria retornando com os mesmos vícios do texto apresentado em 2004, quando foi arquivada pelo CNRH e que o art. 35 teria sido colocado pelo legislador somente por causa da transposição do rio São Francisco. Disse que deveria existir a definição dos projetos a serem analisados. Falou que deveriam ser somente os empreendimentos onde tivesse se instalado um conflito, mas depois de terem sido analisados no âmbito dos estados e assim estes se manifestariam buscando o parecer do CNRH, que ponderaria o conflito. Falou que haveria uma distorção de interpretação do art. 35 e que estaria sendo utilizada para justificar a existência da CTAP, que necessitaria de uma capacitação considerável para analisar esses projetos. Comentou que essa proposta de resolução seria absolutamente perigosa para o CNRH, considerando a base técnica necessária para a análise de um projeto, sendo que no texto a deliberação do CNRH antecederia o parecer da ANA ou dos órgãos estaduais. Lembrou, a todos, o caráter político que esse Conselho possui. Questionou o significado da expressão “aspectos relevantes” e “qualquer conselheiro”, a forma de enquadramento de projetos e o responsável pelo registro do projeto no CNRH. Ainda questionou o envolvimento das demais Câmaras Técnicas, conforme as peculiaridades dos empreendimentos, se mostrando contrária a forma do texto da proposta que limita as análises a CTAP e CTIL. Ponderou sobre o cuidado que se deve ter para que as análises de projetos, envolvendo recursos hídricos, não se tornem um procedimento de EIA/RIMA, principalmente quanto aos prazos, pois se estes forem somados causaria uma paralisação no país, aumentando o custo Brasil. Alertou para que os defeitos do SISNAMA não fossem trazidos para o SINGREH, como excesso de prazos, de análises e de burocracia e que fosse repensado o papel da CTAP, por estar sendo considerada recursal do licenciamento ambiental, mesmo sabendo que todos têm o direito de se manifestar, mas nas instâncias e sistemas corretos. O **Sr. Sebastião de Oliveira (MME)** lembrou a todos que essa proposta de resolução seria conhecida como “Jaison”, sendo um pouco mais inteligente a versão atual, por ter sido dividida em duas propostas de resolução, específica para cada inciso e entendia o propósito da minuta estar sob análise da CTPOAR por estar relacionada com o processo de análise da outorga de direito de recursos hídricos desses projetos, sendo esta uma estratégia sábia e que caberia as articulações no âmbito da CTAP. A **Sra. Leila Carvalho (CERH/SP)** advertiu sobre o cuidado que deveria se ter para o CNRH não ferir as competências dos Conselhos Estaduais, autoridades outorgantes e órgãos licenciadores. Ponderou ainda sobre o papel dos comitês na tomada de decisão. O **Sr. Sebastião Bosquilia (Comitês)** disse ser desnecessária a proposta de resolução por entender que o procedimento para dirimir conflitos já estaria explícito para todos dentro do SINGREH e que isso deveria ser fortalecido, a partir de sua descentralização. O **Sr. Erivelto Silveira (Prestadora)** ressaltou a dificuldade que o setor de saneamento teria quanto esse novo procedimento, considerando a característica cíclica que os investimentos desse setor sofre, acumulando projetos em determinados anos, devendo ser minimizadas as burocracias para a implementação desses projetos, considerando que o período consumido por essa burocracia atrasaria a sua instalação, contribuindo para a depreciação da qualidade das águas. A **Sra. Leila Carvalho (CERH/SP)** considerando que no texto existia uma interface com os procedimentos de outorga, sugeriu que estes fossem tratados a partir de possíveis conflitos de



uso ou interferências nos recursos hídricos, aspecto este sempre observado nestas análises pelas autoridades outorgantes. A **Sra. Teresa Lana (Concessionárias)** disse que a proposta de resolução estaria tirando o poder das autoridades outorgantes, afinal mesmo sem saber o posicionamento desta autoridade, o CNRH daria o seu parecer, cabendo a reflexão que este poderá ser contrário ao posicionamento da autoridade outorgante, por competência o responsável pelas análises, o que foi ratificado pela **Sra. Simone da Silva (CERH/PE)**, **Sr. Maurício Lima (CERH/BA)** e **Sra. Marília de Melo (CERH/MG)** que complementou informando que em Minas Gerais os comitês deveriam aprovar os projetos, mas que estes não teriam condições técnicas para tanto. O **Sr. Stanley Bastos (MIn)** registrou ser favorável a diminuição da burocracia, sendo contrário a forma da proposta de resolução. O **Sr. Nelson Filho (Irrigantes)** disse que na proposta de resolução estaria faltando critérios e por isso abriria uma gama de indefinições o que prejudicaria o processo. A **Sra. Tânia de Miranda (OTEP)** comentou que não seria competência da CTAP escrever a norma em si, mas sim determinar os critérios e que para tanto verifica-los a partir dos conflitos, o que ficaria mais claro. O **Sr. João Carlos (CERH/SE)** refletiu sobre a repercussão do texto dessa proposta que se apresentaria muito vaga, mas que se preocupava com a dificuldade em listar as obras, contudo não deveria ser perdida a oportunidade de esclarecer o interdito desse artigo da Lei nº 9.433, de 1997. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** questionou o porquê dessa “arma” ainda não ter sido utilizada, principalmente quanto ao projeto da transposição que tanto apresenta conflitos no comitê de bacia. Sugeriu que fossem suprimidos os artigos determinados no Ofício, com isso o texto da proposta de resolução ficaria sem encadeamento lógico. Encaminhando a matéria acordaram pelo envio de ofício resposta onde apresentariam as dúvidas e sugestões colocadas na reunião, bem como a explicação quanto não terem sido analisados os artigos definidos no Ofício, devido ao questionamento do mérito que antecede a análise de qualquer texto legal, que fossem recuperadas as atas do CNRH que trataram do tema para seguirem anexas ao ofício, que este fosse enviado também a CTIL, com intuito de informar o desagrado da CTPOAR com o texto da proposta de resolução e o indicativo da necessidade de uma proposta de resolução para a regulamentação dos incisos II e III do art. 35, mas limitada a esclarecer a interpretação desses incisos em um ou dois artigos. O **Sr. João Clímaco (ONGs)** se manifestou contrário considerando o respeito ao princípio dos usos múltiplos, o que revelaria a necessidade de regulamentação do inciso em questão, sendo esta a oportunidade para legitimar o trabalho da CTAP dentro de um conjunto de análises e avaliações de projetos, observados os princípios legais. Registrou que as ONGs viam com bons olhos a proposta de resolução e rogou que a CTPOAR verificasse a proposta de resolução com esses olhos, o que não foi acatado, pois estariam considerando que as autoridades outorgantes não observariam os princípios da Lei. A **Sra. Leila Carvalho (CERH/SP)** ratificou que o problema estaria no mérito da proposta de resolução que estaria limitada a definir procedimentos administrativos e que esta não seria necessária, pois quando da instalação de conflito entre usuários já estariam definidas as instâncias de negociação. Esclareceu que o não atendimento dos usos múltiplos seria conflito, podendo vir a CTAP, caso não tenha sido minimizado nas instâncias inferiores do SINGREH. O intervalo de almoço aconteceu das 11h58 às 14h06 quando a reunião passou a ser conjunta com a CTAS, para tratar do

**ANEXO XXXIII – Reprodução do trecho da ATA DA 63ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, realizada em 26/06/2008, no que se refere a proposta de resolução.....**

**Item 4 – Relato e discussão sobre a tramitação da Proposta de Resolução sobre a Regulamentação do Inciso III, Art. 35, da Lei nº 9.433/97 na CTPOAR. O Conselheiro**

**Márley Caetano de Mendonça (SRHU)** recapitulou o encaminhamento da proposta de resolução à CTPOAR, para análise dos artigos 2º, 3º e 5º, afetos a essa câmara técnica. Leu e comentou as questões apresentadas pela Câmara de Outorga, extraídas da minuta de ata ainda não aprovada e ainda não formalizadas à CTAP pela CTPOAR. Disse que a questão central levantada pela CTPOAR prendeu-se ao mérito da definição de quais projetos seriam objeto de encaminhamento ao CNRH para deliberação, porque a demais observações seriam correções de redação ou interpretações equivocadas da proposta, que poderiam ter sido esclarecidos, caso tivesse ocorrida uma apresentação da proposta à CTPOAR, não realizada pela impossibilidade de seu comparecimento devido a uma reunião com o novo Secretário da SRHU, na mesma data e horário da reunião da CTPOAR. Consultou se poderia abrir a discussão da matéria ou se seria melhor esperar a comunicação formal da CTPOAR. O **Sr. Flávio Troger (ANA)** observou que a proposta já estaria pautada para a próxima reunião da CTIL e disse que houve uma reunião interna na ANA para discutir esse assunto, concluindo pela manifestação de preocupação com a proposta e com a discordância da mesma, posição já manifestada pelo representante da Agência na CTPOAR. O **Sr. Fred Crawford (MT)** disse que dependeria da disponibilidade de tempo na pauta da CTAP. O **Conselheiro Márley Caetano de Mendonça (SRHU)** respondeu que o agendamento na CTIL fora uma previsão, entretanto como não houve o retorno da CTPOAR e conseqüentemente também não houve conclusão na CTAP, esse agendamento estaria prejudicado. Em relação à discordância da ANA, disse que o representante da Agência foi consultado e concordou com a pertinência da proposta, pautada de comum acordo na CTAP. A **Sra. Martha Sugai (Concessionárias)** afirmou que a proposta não deveria continuar enquanto não houver a definição do que seria “*projetos de aproveitamento de recursos hídricos que extrapolem o âmbito do estado*”, porque qualquer captação de água de 100 l/s enquadra-se nessa definição e poderia paralisar o sistema de outorga. Sugeriu também resgatar as informações anteriores sobre esse tema no CNRH antes de prosseguir a discussão sobre o assunto. Lembrou que o CNRH não é operacional e que as questões do dia a dia deveriam ser resolvidas pelos órgãos gestores. O **Conselheiro João Clímaco (ONG)** alertou que nenhum normativo poderia impedir o encaminhamento de questões demandadas pelos conselheiros e que percebe uma burocratização do processo que poderia macular a autonomia dos representantes dos diversos segmentos em trazer questões para o CNRH. Por fim, houve consenso no sentido de aguardar o posicionamento formal da CTPOAR e pautar a discussão da matéria para a próxima reunião.

**ANEXO XXXIV – Reprodução do trecho da ATA DA 102ª REUNIÃO DA CTIL - CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, realizada em 01 E 02/07/2008, no que se refere a proposta de resolução.....**

[Item 7 – Análise da proposta de resolução que “regulamentação do Inciso III do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997”, encaminhada pela CTAP:](#) Apesar deste item ter sido pautado, a matéria não foi tratada, pois a CTAP não a encaminhou como previsto – a CTAP aguardava manifestação da CTPOAR.

**ANEXO XXXV – Reprodução do trecho da ATA DA 64ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, realizada em 23 E 24/09/2008, no que se refere a proposta de resolução.....**

[Item 5 – Retorno da CTPOAR: Proposta de Resolução sobre a Regulamentação do Inciso III, Art. 35, da Lei nº 9.433/97.](#) O **Conselheiro Márley Caetano de Mendonça (SRHU)** leu e comentou o Ofício nº 10/2008/CTPOAR/CNRH/MMA, de 18 de agosto de 2008, contendo o resultado da análise da CTPOAR. Observou dois pontos principais na argumentação

apresentada, contidos nos itens 8 e 9 do ofício, que assim resumiu: a) a proposta carece de disposição de critérios técnicos para a definição dos empreendimentos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados; b) não definiu as análises a serem consideradas nas deliberações do CNRH e também não definiu a forma de encaminhamento, respeitadas as instâncias de negociação inferiores, baseada na análise técnica da respectiva autoridade outorgante. Como autor da proposta, concordou apenas com a primeira observação da CTPOAR, por constatar a ocorrência dessa falha na concepção da proposta. Disse que quanto à segunda observação, especialmente em sua parte final, a Lei nº 9433/97 não previu a criação de instâncias e que não caberia ao CNRH legislar. Após esses esclarecimentos, propôs a constituição de um Grupo de Trabalho, com o objetivo de: resgatar as críticas apresentadas sobre esse assunto nas reuniões anteriores do CNRH; e identificar e propor à CTAP quais seriam os critérios necessários para a definição dos projetos a serem deliberados pelo CNRH. A seguir, abriu a palavra aos presentes, que enfatizaram a dificuldade para tal definição e, conseqüentemente, a realização do trabalho pelo GT proposto. O **Sr. Sérgio Canella (Concessionárias)** propôs que a definição do assunto fosse adiada para a próxima reunião, para que houvesse tempo de consulta às bases de cada membro. Houve longo debate sobre as propostas, até a obtenção do consenso pela criação do GT, com a manifestação de interesse na composição do grupo de sete membros, representantes do MT, ONG, MME, ANA, SEAP, CONSÓRCIOS E CONCESSIONÁRIAS. Acordou-se também que a Coordenação ficaria a cargo do representante da ANA no GT e a Relatoria seria escolhida entre os demais componentes, na primeira reunião. O prazo de vigência para a conclusão dos trabalhos foi estabelecido em seis meses após a primeira reunião. Finalmente, recomendou-se que a Secretaria Executiva realize consulta aos conselheiros sobre o interesse na composição desse GT, assim como a indicação dos nomes dos seus representantes.